

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNO DA SILVA MARTINS

**ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL  
DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO  
2010 – 2017**

FLORIANÓPOLIS - SC  
2018

**ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL  
DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO**

2010 – 2017

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Fabrícia Silva da Rosa.

Florianópolis, SC

2018

## RESUMO

### **MARTINS, B. S. ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO.**

Monografia (graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o comportamento dos gastos com ensino público, nos municípios que compõem a microrregião de Tubarão, no período de 2010 até 2017. A microrregião de Tubarão é composta pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão. Para alcançar tal objetivo foram coletados dados referentes aos gastos efetuados do ano de 2010 até 2017, a quantidade de alunos matriculados na rede municipal e o desempenho dos alunos, medido por meio da nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como resultado, não foi possível identificar uma relação direta entre os investimentos realizados e o desempenho obtido, ou seja, verificou-se que muitos dos municípios com gastos acima da média tiveram notas inferiores a municípios com gastos abaixo da média (um exemplo foi o município de Garopaba que obteve as maiores notas no IDEB com custo abaixo da média). Concluiu-se assim que simplesmente elevar os gastos na área do ensino não garante uma melhora no desempenho dos alunos, fazendo-se necessário o acompanhamento de critérios de qualidade e um projeto de continuidade. Por óbvio as variações de desempenho, em se tratando de educação, apresentam resultados difusos e somente possíveis de mensurar no longo prazo.

Palavras-chave: Despesa Pública. Educação Pública. Setor Educacional. Ensino.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to analyze the behavior of public education spending in the municipalities that make up the Tubarão micro-region from 2010 to 2017. The Tubarão micro-region is composed by the municipalities of Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, St. Ludgero, St. Martin, Treze de Maio and Tubarão. To achieve this goal, the data information was collected on expenditures from 2010 to 2017, the number of students enrolled in the municipal network and the students performance as measured by the Basic Education Development Index (IDEB) grade. As results, it was not possible to identify a direct relationship between investments and performance, ie, it was found that many municipalities with above-average costs had lower scores than municipalities with below-average expenditures. One example was the municipality of Garopaba, which obtained the higher marks in the IDEB with cost below average, concluding that simply raising investments in the areas of education does not guarantee an improvement in the performance of students, it is necessary to follow quality criteria and a long-term plan.

**Keywords:** Public Expenditures. Public sector. Educational Sector. Teaching.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gastos com educação por município (2010) .....	27
Gráfico 2 - Gastos com educação por município (2011) .....	29
Gráfico 3 - Gastos com educação por município (2012) .....	32
Gráfico 4 - Gastos com educação por município (2013) .....	35
Gráfico 5 - Gastos com educação por município (2014) .....	38
Gráfico 6 - Gastos com educação por município (2015) .....	41
Gráfico 7 - Gastos com educação por município (2016) .....	44
Gráfico 8 - Gastos com educação por município (2017) .....	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da população de 2018 e quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental 2017.....	23
Tabela 2 - Gastos com educação por município (2010) .....	26
Tabela 3 - Gastos com educação por município (2011) .....	28
Tabela 4 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	29
Tabela 5 - Evolução dos gastos em educação por município .....	30
Tabela 6 - Gastos com educação por município (2012) .....	30
Tabela 7 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	32
Tabela 8 - Evolução dos gastos em educação por município .....	32
Tabela 9 - Gastos com educação por município (2013) .....	33
Tabela 10 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	35
Tabela 11 - Evolução dos gastos em educação por município .....	35
Tabela 12 - Gasto com educação por municípios (2014) .....	36
Tabela 13 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	38
Tabela 14 - Evolução dos gastos em educação por município .....	39
Tabela 15 - Gastos com educação por município (2014) .....	39
Tabela 16 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	41
Tabela 17 - Evolução dos gastos em educação por município .....	42
Tabela 18 - Gasto com educação por município (2016) .....	42
Tabela 19 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	44
Tabela 20 - Evolução dos gastos em educação por município .....	44
Tabela 21 - Gasto com educação por município (2017) .....	45
Tabela 22 - Evolução dos gastos por categoria de ensino .....	47
Tabela 23 - Evolução dos gastos em educação por município .....	47
Tabela 24 - Evolução dos gastos em educação por município .....	48
Tabela 25 - Gasto por aluno matriculado (2011) .....	50
Tabela 26 - Gasto por aluno matriculado (2012) .....	51
Tabela 27 - Gasto por aluno matriculado (2015) .....	52
Tabela 28 - Gasto por aluno matriculado (2017) .....	53
Tabela 29 - IDEB OBSERVADO X IDEB PROJETADO (2011) .....	54
Tabela 30 - Média observada X Média projetada (2011) .....	55
Tabela 31 - IDEB OBSERVADO X IDEB PROJETADO (2013) .....	55
Tabela 32- Média observada X Média projetada (2013) .....	56
Tabela 33 - IDEB OBSERVADO X IDEB PROJETADO (2015) .....	57
Tabela 34- Média observada X Média projetada (2015) .....	57
Tabela 35- IDEB OBSERVADO X IDEB PROJETADO (2017) .....	58
Tabela 36- Média observada X Média projetada (2017) .....	59
Tabela 37 - Nota de desempenho X Gasto por aluno (2011) .....	59
Tabela 38 - Nota de desempenho X Gasto por aluno (2013) .....	60
Tabela 39 - Nota de desempenho X Gasto por aluno (2015) .....	61
Tabela 40 - Nota de desempenho X Gasto por aluno (2015) .....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DEA – Análise Envolvoria de Dados

E.F – Ensino Fundamental

E.I – Ensino Infantil

Finbra – Finanças Brasil

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PIB – Produto Interno Bruto

PPA - Plano Plurianual

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1.1</b>	<b>Tema e Problema.....</b>	<b>09</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>10</b>
1.2.1	Objetivo Geral.....	10
1.2.2	Objetivos Específicos.....	10
<b>1.3</b>	<b>justificativa.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4</b>	<b>Delimitação da Pesquisa.....</b>	<b>11</b>
<b>1.5</b>	<b>Organização do trabalho.....</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Orçamento público.....</b>	<b>14</b>
2.1.1	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) .....	15
<b>2.2</b>	<b>Gastos públicos com Ensino.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>Eficiência dos gastos públicos.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>Estudos similares no sistema educacional brasileiros.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1</b>	<b>Dados da pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimento de análise de dados.....</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>26</b>
<b>4.1</b>	<b>Evolução dos gastos.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2</b>	<b>Gasto por aluno matriculado.....</b>	<b>49</b>
<b>4.3</b>	<b>IDEB observado x IDEB projetado.....</b>	<b>54</b>
<b>4.4</b>	<b>Análise de relação entre nota do IDEB e gastos por aluno.....</b>	<b>59</b>
<b>4.5</b>	<b>Análise junto a literatura.....</b>	<b>65</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a população vem dando atenção em como estão sendo gastos os recursos públicos nas diversas áreas essenciais de prestação Estatal: saúde, educação e segurança. Com o advento das novas tecnologias torna-se cada vez mais acessível monitorar e acompanhar os gastos públicos. Os recentes escândalos de corrupção envolvendo o país e as maciças investigações tem descredibilizado a classe política e, por decorrência, o modo como que são geridos os gastos públicos. O tema deste trabalho, portanto, busca analisar como estão ocorrendo os gastos públicos referentes ao ensino infantil e fundamental dos municípios que compõem a microrregião de Tubarão, localizada ao sul de Santa Catarina.

Com as propostas liberais em destaque, estruturando ideias de privatizações e desestatizações de vários setores, incluso o de educação, começam a surgir questionamentos sobre o que realmente é mais eficiente, uma educação pública e gratuita ou se seria melhor deixar a iniciativa privada assumir o setor de educação. Smith (1996) defende que as Instituições de educação têm de arcar com seus gastos próprios, com a remuneração dos estudantes sendo paga diretamente aos mestres. Ainda quando a remuneração do professor hoje não seja composta exclusivamente deste rendimento natural, não seria necessário que fosse tirada da receita geral da sociedade.

No Brasil, a educação é um direito social e é dever do Estado prover educação para todos, conforme escrito na Constituição (BRASIL, 1988), ou seja, é dever do estado prover não apenas educação para todos, mas de maneira eficiente e de qualidade. Para isso, se faz necessária a correta alocação dos recursos. Souza *et al.* (2012) nos diz que um dos grandes desafios para a sociedade é esta correta alocação de recursos, devendo abranger a maior parte da população possível e promover o máximo de benefício social.

Para Silva *et al.* (2012), o Estado deve corrigir as falhas de mercado, que impedem a eficiência máxima na alocação de recursos. Os autores também ressaltam que está correta disposição pelo Estado tem como objetivo principal oferecer bens e

serviços necessários à população que não tem de condições de aderir ao sistema privado, devido às limitações econômicas.

Para alcançar uma sociedade justa e igualitária, é necessário ter uma educação de qualidade, mas nem toda a população tem condições de pagar por uma educação privada e esse deve ser o papel Estado, promovendo educação de qualidade para todos.

A educação tem o efeito de ampliar as oportunidades de mobilidade social, quanto maior o nível educacional da população em um país, maior também será o desenvolvimento econômico do mesmo, por isso se faz vital para a economia o estudo da eficiência dos gastos em educação, só assim é possível melhorar os aspectos deficientes na área (WILBERT; D'ABREU, 2013).

Para medir o desempenho dos alunos da rede pública e privada foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um índice criado para medir o desempenho e rendimento escolar diante de exames padronizados, com notas que vão de 0 a 10. É realizado a cada dois anos em todos os municípios do país. A ideia é estabelecer metas para que até 2021 o Brasil tenha uma média de 6 pontos.

O Estado de Santa Catarina é dividido em vinte microrregiões. Nesse estudo serão analisados os municípios da microrregião de Tubarão, que pertence à mesorregião sul, sendo composta por vinte municípios. O presente trabalho busca analisar o comportamento dos gastos orçamentarias com ensino infantil e fundamental do ano de 2010 até 2017.

### **1.1. Tema e Problema**

Com a população cada vez mais interessada e engajada nos assuntos políticos, tem surgido questionamentos e críticas sobre como estão sendo efetuados os gastos públicos.

Para uma sociedade prosperar e ter melhor qualidade de vida, são necessários diversos fatores, mas é de senso comum que dentre os mais importantes tem lugar a educação de qualidade e eficiente.

Para evitar desperdícios de recursos públicos, o Estado deve tentar manter-se sempre atualizado e ter o máximo de controle possível dos seus gastos, uma vez que sem o devido acompanhamento não é possível realizar uma boa gestão do dinheiro público, gerando assim desperdícios de recursos que poderiam ser usados nas áreas que realmente precisam destes recursos.

Visando descobrir qual a relação entre os gastos públicos com educação e desempenho dos alunos da rede pública na microrregião de Tubarão, surge a seguinte questão de pesquisa: **como ocorrem os gastos públicos com ensino infantil e fundamental nos municípios da microrregião de Tubarão?**

## **1.2. Objetivos**

Para chegar ao objetivo final do trabalho foi necessário estabelecer um objetivo geral e objetivos específicos, abaixo seguem listados os objetivos gerais e específicos que nortearam a pesquisa.

### **1.2.1. Objetivo Geral**

O presente trabalho tem por objetivo analisar como ocorreram os gastos públicos com ensino infantil e fundamental nos municípios da microrregião de Tubarão do ano de 2010 a 2017.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

Para alcançar tal objetivo, foi necessário definir alguns objetivos específicos que seguem:

- a) Identificar a evolução dos gastos feitos no ensino infantil e fundamental;
- b) Identificar os gastos por aluno matriculado em cada um dos municípios que compõem a microrregião de Tubarão; e
- c) Comparar os indicadores de desempenho do ensino com os gastos públicos.

### **1.3. Justificativa**

A fim de entender como estão sendo feitos os gastos com educação e a maneira de como isso está acontecendo, esse estudo procura entender como está sendo realizado os gastos com o ensino público nos municípios que compõem a microrregião de Tubarão.

O presente trabalho se justifica por levar informação para a população dos municípios da microrregião de Tubarão, pois é ela a principal geradora dos recursos gastos nos municípios.

O desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade da sociedade são relacionadas à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional, visto que acaba gerando crescimento no mercado de trabalho, maior especialização dos profissionais e assim o aumento dos salários e a diminuição da pobreza. (Barros, Henriques e Mendonça 2002).

É relevante o papel do governo local no provimento de serviços públicos que afetam a produtividade e a qualidade de vida dos trabalhadores e, por consequência, afetam o crescimento econômico. Gastos em infraestrutura, educação, saúde, habitação, entre outros, que fazem parte da política pública local, afetam a produtividade do setor privado da economia local, pois são gastos considerados produtivos e capazes de gerar externalidades positivas. Os gastos públicos podem impulsionar o desenvolvimento econômico, principalmente com aumento de investimentos em detrimento dos gastos com consumo e subsídios. (Bogoni, Hein e Beuren 2011).

Destarte, o trabalho se justifica principalmente pela necessidade do ensino para o desenvolvimento social e econômico do país e o acompanhamento necessário da alocação de recursos junto à eficiência de como isso é feito.

### **1.4. Delimitação da Pesquisa**

O presente estudo toma como parâmetro do ano de 2010 ao ano de 2017, em dados relacionados aos gastos dos municípios retirados do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Finanças Brasil (FIMBRA).

A pesquisa se delimita a estudar o comportamento dos gastos em ensino infantil e ensino fundamental na microrregião de Tubarão, que são compostas pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

O município de Pescaria Brava até o ano de 2012 fazia parte do município de Laguna e teve sua emancipação em 2013. Por esse motivo ele tem seus dados somente a partir do ano de 2013.

Quanto a análise do indicador de desempenho, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), se limita a 4ª série/5º ano, pois muitos dos municípios não participaram ou não atenderam os requisitos necessários para ter o desempenho calculado para análise da 8ª série/9º ano. Vale também ressaltar que mesmo na análise da 4ª série/5º ano alguns municípios ficam de fora por não atenderem os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

O trabalho restringe-se exclusivamente à análise comportamental dos gastos públicos com o ensino infantil e fundamental, deixando de fazer uma análise aprofundada de eficiência e eficácia. Além disso alguns municípios da microrregião não têm suas notas do IDEB divulgadas. A pesquisa limita-se a análise comportamental dos gastos utilizando como ferramenta apenas o IDEB, deixando de lado outros fatores como permanência estudantil e índice de conclusão.

Quanto ao ajuste inflacionário, o ajuste foi realizado apenas na tabela 24, visto que foi observado a evolução dos gastos do ano de 2010 para o ano de 2017.

## **1.5. Organização do Trabalho**

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia da Pesquisa, Análise da Pesquisa e Considerações Finais.

A Introdução, primeiro capítulo, aborda o tema, o problema, o objetivo geral e específicos, a justificativa, a delimitação e a organização.

A Fundamentação Teórica, segundo capítulo, aborda as seguintes partes: orçamento público, gastos públicos com educação e eficiência dos gastos públicos com educação.

A Metodologia da Pesquisa, terceiro capítulo, traz a metodologia do estudo organizada como enquadramento metodológico, instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados.

A apresentação e análise dos resultados, no quarto capítulo, dispõe a interpretação dos dados, bem como a discussão dos resultados obtidos.

O quinto capítulo traz as conclusões da pesquisa, mostrando se os objetivos foram alcançados e indicando possíveis pesquisas posteriores.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesse capítulo apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho, iniciando com orçamento público. Na sequência traz-se conceitos sobre gastos públicos com educação e, por fim, eficiências dos gastos públicos.

### **2.1. Orçamento Público**

O orçamento público é um instrumento utilizado para estipular as despesas e estimar as receitas (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é importante para os governos locais conseguirem oferecer os serviços públicos adequados. O orçamento público tem natureza jurídica visto que tem que passar por um processo de negociações entre o governo federal, estadual e municipal deixando claro como desejam gastar a curto e médio prazo os tributos arrecadados.

Sua elaboração é prevista na Constituição Federal de 1988, acontecendo de forma cíclica, que se inicia a cada quatro anos com o planejamento a longo prazo estruturado no Plano Plurianual (PPA) e tendo o encerramento com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.

O governo federal precisa fazer um orçamento para estabelecer seus gastos como, por exemplo, em saúde, educação, moradia e previdência. O planejamento é necessário para saber qual a melhor maneira de utilizar o dinheiro arrecadado por meio de impostos, que são a maior fonte das receitas do país para oferecer os serviços públicos. O orçamento também nos mostra as intenções do governo, que programas pretende aplicar, qual área nesse período terá maior destaque e o foco do atual mandado governamental.

No Brasil o planejamento do orçamento público se dá por meio de três instrumentos: Lei de diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA), e Lei Orçamentária Anual (LOA), são leis ordinárias definidas por políticas públicas que serão implementadas pelo governo em um determinado período, responsáveis pela elaboração e controle do orçamento público.

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a LOA, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a

política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. É a mais importante lei pois define como o governo deve montar e aplicar o orçamento a cada ano. A LDO é também responsável por determinar as metas e prioridades do PPA. O governo tem por obrigação encaminhar a LDO ao Congresso Nacional até trinta e um de agosto de cada ano (BRASIL, 1988).

Responsável por financiamentos agrários, obras públicas, compra de materiais, o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, despesas correntes e relativas aos programas de duração continuada. Elaborado por prefeitos, governadores e presidente, é estabelecido o conjunto das políticas públicas do governo para o período de quatro anos. (BRASIL, 1988). É possível definir o PPA como a lei de planejamento do país, pois é ele quem faz o vínculo entre as estratégias do governo e o orçamento de cada ano.

A LOA é propriamente dito o orçamento anual. Estimando as receitas e fixando as despesas, deve ser enviada ao Congresso até o dia trinta e um de agosto de cada ano, é na LOA que visa-se concretizar as metas estipuladas no PPA segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988).

### **2.1.1 Lei de Responsabilidade Fiscal**

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre



receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 2000). A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada visando o controle, planejamento e a transparência das contas públicas, buscando equilibrar as receitas e despesas, impedindo o governo de gastar mais que arrecada e garantindo assim a solvência do país.

Segundo Andrade (2007, *apud* Gerick, 2008) com a instituição da LRF, em seu art. 4º, a LDO agregou a suas atribuições equilíbrio entre as despesas e as receitas, criando critérios e limitações de empenho, normas de controle de custo e avaliações de resultado de programas, dos gastos com pessoal, limites de dívidas, sobre uso de reserva de contingência. Tudo isso tendo o intuito de melhorar o controle e a responsabilidade dos gastos públicos.

A Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 estabeleceu as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências de como os órgãos públicos devem prestar contas de todos os seus atos, e implica transparência na gestão fiscal, a LRF é a base legal que todo gestor público deve seguir (CRUZ, 2009).

A LRF deve ser usada como uma ferramenta no auxílio do planejamento orçamentário, pois por meio da LRF é possível enxergar o limite dos gastos e definir as suas

## **2.2. Gastos Públicos com Educação**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tem como um de seus princípios a gratuidade do ensino público e garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Investir nas pessoas e em seus conhecimentos é um dos fatores mais decisivos para garantir o bem-estar social. O ensinamento escolar é um investimento na sociedade e assim todos os gastos e despesas devem ser considerados investimentos, e não como atividade de consumo, pois é no momento da formação

acadêmica que está sendo agregado valor para o indivíduo, para futuramente ele ter as condições de transformar seus conhecimentos em serviços gerando renda e riqueza, garantindo assim uma ascensão social e econômica. Desta forma um maior investimento em capital humano traz benefício para economia e sociedade. (SCHULTZ, 1987).

Para Schwartzman (2004), se faz necessário ensino básico de qualidade para que haja um bom funcionamento do sistema econômico como um todo, mas também é uma exigência moral de todas as sociedades modernas, pelo bem da equidade social, dos valores culturais.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído por meio da Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e implementado em 1º de janeiro de 1998, criado com o intuito de reduzir as diferenças regionais e estabelecer um piso para os gastos estaduais e municipais com ensino fundamental. O FUNDEF regulamentou o financiamento do ensino público relacionado ao ensino fundamental no Brasil. Responsável por alterar de maneira significativa os padrões de oferta e de atendimento dos governos estaduais e municipais, em relação ao conjunto do ensino básica, ao focalizar a manutenção e o desenvolvimento apenas do ensino fundamental. (SAVIAN E BEZERRA, 2013).

De acordo com o artigo 212 da Constituição, os estados e municípios são obrigados a aplicar no mínimo 25% da sua receita com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino. A Emenda Constitucional nº 14/96 prevê 60% das receitas dos estados e municípios (segundo os autores representa 15% da arrecadação global) reservados a serem destinados ao ensino fundamental. Entretanto, o prazo de duração do FUNDEF foi de apenas 10 anos, tendo encerrado em 2006 com resultados positivos em muito Estados. (SAVIAN E BEZERRA, 2013).

Em 2007, com o encerramento do FUNDEF, entrou em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), também de natureza contábil e com âmbito estadual, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Surge como uma proposta do governo de aumentar os investimentos em ensino básico e tem duração prevista de catorze anos.

Os recursos do FUNDEB são distribuídos para cada uma das unidades federativas com base nas matrículas dos alunos em todas as etapas e modalidades do ensino básico, nas respectivas redes de ensino. Para a aplicação dos recursos, devem-se observar os respectivos âmbitos de atuação prioritária. No caso dos municípios, eles devem utilizar recursos com a educação infantil e com o ensino fundamental, já os estados devem utilizar com ensino fundamental e médio. Os objetivos do FUNDEB são contribuir para a universalização da educação básica, promover a equidade, melhorar a qualidade do ensino e valorizar os profissionais da educação. (SAVIAN E BEZERRA, 2013, p. 28).

O FUNDEB passou a vigorar em 2007 e assim como seu antecessor possui um tempo de expiração, que será o ano de 2020. Assim como o FUNDEF, o FUNDEB é composto por fundos de recursos dos próprios Estados e Municípios, e uma parcela de recursos Federais cuja finalidade é estimular e promover o financiamento da educação básica pública brasileira. No entanto, a principal diferença do FUNDEB é que ela não se destina apenas ao ensino fundamental, tendo seus recursos aplicados em toda a educação básica, que inclui a educação infantil.

Os investimentos são destinados de acordo com o número de alunos matriculados na educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. Após a destinação dos investimentos, são criados conselhos em escala federal, estadual e municipal, para o acompanhamento, controle social sobre a distribuição, transferências e a aplicação dos recursos do programa.

### **2.3. Eficiências dos Gastos Públicos**

Ainda que não seja o objeto primordial do presente trabalho, a eficiência merece destaque pois está relacionada ao melhor emprego de recursos (humanos, materiais, financeiros e outros) com o objetivo de atingir determinado objetivo com o menor custo possível.

De acordo com Zanmaria e Castilho (2006), a sociedade é quem mais perde com a ineficiência dos gastos públicos, pois é ela quem paga os impostos que financiam os gastos do governo. De acordo com o autor, a ineficiência pode ir desde a má alocação dos recursos até a desistência dos alunos matriculados, pois muito

daquilo que é gasto com educação são custos fixos, como por exemplo uma sala de aula que comporta trinta alunos mas chega no final do ano com vinte e cinco alunos.

Não basta apenas aumentar os gastos em educação, pois o aumento das despesas nem sempre garante uma melhora proporcional no desempenho dos estudantes do ensino básico. O aumento dos gastos deve ser acompanhado por mais critérios de qualidade, visto que melhorias na educação demandam essencialmente de gastos a longo prazo. Nesse contexto, também vale destacar que as despesas realizadas por meio de verbas obrigatórias não garantem programas de resultados eficazes. A simples garantia de recursos no orçamento favorece a rotina e o afrouxamento de controles, além de estimular a realização de despesas para o mero cumprimento de uma exigência formal ao invés da apresentação de bons planos e exibição de resultados. (BRUNET; BERTÊ; BORGES, 2008).

De acordo com Ribeiro (2009), medir o desempenho de um determinado setor, indústria ou negócio, é algo considerado simples na iniciativa privada, mas com os gastos públicos não temos a mesma facilidade, uma vez que fatores como a falta de dados confiáveis, classificações orçamentárias deficientes e a impossibilidade de se estabelecer custos fixos para um produto ou serviço específico.

A Emenda Constitucional nº 19/1998 incluiu a eficiência como um dos princípios fundamentais da administração pública. O motivo disso acontecer foi que o modelo da administração pública deixou de ser um modelo “burocrático”, mas preocupado com os princípios da legalidade, e passou a ser, em parte, um modelo “gerencial” focado nos resultados e na relação custo/benefício (ALEXANDRINO, 2013).

Para Silva *et al.* (2012), o Estado deve corrigir as falhas de mercado, que impedem a eficiência máxima na alocação de recursos. Também ressalta que a correta alocação de recursos do Estado tem como objetivo principal oferecer bens e serviços necessários à população que não tem de condições de aderir ao sistema privado, devido a limitações econômicas.

De acordo com Macêdo, Starosky Filho e Júnior (2012), uma vez que os recursos públicos são escassos, os gastos devem ser realizados de modo eficiente, proporcionando o oferecimento, com qualidade e efetividade, de cada vez mais serviços.

O mais eficiente é o responsável pela maior produção de certos produtos a um determinado custo ou quem diminui o custo de produzir certa quantidade de produtos, considerando o tempo, custo e qualidade decorridos. Os autores afirmam nesse contexto que a realização da avaliação da eficiência na esfera pública torna-se necessária devendo ser adotada pelos gestores públicos, pois os reflexos dos gastos realizados nos setores devem ser transformados em serviços de qualidade e na melhoria dos indicadores sociais da população. (SILVA, SOUZA e ARAÚJO, 2013).

#### **2.4. Estudos similares no sistema educacional brasileiro**

Para a conclusão do presente trabalho mostra-se relevante observar (ou apresentar) estudos anteriores que tratam da mesma temática proposta no presente trabalho. Dentre algumas das obras a serem destacadas:

Diniz (2012), em sua tese de doutorado, fez um estudo com todos os municípios brasileiros utilizando a Análise envoltória de dados (DEA) para avaliar a eficiência da aplicação dos gastos em educação, e também identificar relações empíricas que validem a tese de que as transferências condicionais da educação fundamental são desfavoráveis à eficiência da aplicação de recursos. Identificou-se que fatores não controlados pelo governo tem influência na eficiência educacional e que seria impossível afirmar que mais recursos melhorariam necessariamente o desempenho do aluno. Concluiu-se que um dos fatores importantes para o aumento da eficiência ocorre por meio de alunos mais comprometidos que geram bons resultados sem haver necessidade de mais recursos para que isso aconteça.

Em proposta mais ampla, Silva *et al.* (2012) analisaram a eficiência da alocação dos recursos destinados à educação, saúde e habitação nos municípios de Minas Gerais, aplicando também a DEA, utilizando como base de dados indicadores demográficos secundários, obtidos no ano de 2004. No caso, os municípios apresentaram uma média baixa de *scores* de eficiência. Foram utilizadas as seguintes variáveis.

*-Inputs:* Gastos *per capita* com educação e cultura; e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

*-Outputs:* Taxa de atendimento das crianças de 4 a 6 anos; taxa de atendimento de crianças de 7 a 14 anos; e taxa de atendimento de adolescentes de 15 a 17 anos.

Silva *et al.* (2013) analisaram por meio da DEA a eficiência dos gastos públicos com ensino fundamental nas capitais brasileiras nos anos de 2007 e 2009, utilizando como indicador de desempenho o IDEB. Da pesquisa, foi possível concluir que a eficiência dos gastos não teve relação com a qualidade do ensino fundamental das capitais pesquisadas. Foram utilizadas as seguintes variáveis:

-*Inputs*: Despesas com educação fundamental;

-*Outputs*: Número de alunos matriculados; professores; e escolas.

Diel *et al.*(2014) analisaram o desempenho dos municípios com população superior a 100 mil habitantes em relação a estratégia adotada de investimentos públicos. A DEA, como ferramenta estatística, usou as seguintes variáveis:

-*Inputs*, o valor gasto com educação;

-*Outputs*, foram utilizados as matrículas por habitantes, número de docentes, número de escolas e a média de notas escolares.

Poucos municípios conseguiram atingir uma nota satisfatória para serem considerados eficientes nos gastos públicos.

Wilbert e D'Abreu (2013) buscaram, por meio da DEA, avaliar a eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios do estado de Alagoas do período de 2007 a 2011. Vale ressaltar que os municípios considerados mais eficientes foram os com as piores condições em termos de riqueza média e nível educacional. Já os municípios com menos eficiência, em contrapartida, foram aqueles com a melhor condição em termos de PIB *per capita* e que apresentaram elevados gastos por aluno, mas alcançando as piores notas de desempenho pelo IDEB.

- *Inputs*: Gastos públicos com educação.

- *Outputs*: Notas de desempenho do IDEB do ano de 2011 para a 4ª e 8ª série do ensino fundamental em escolas municipais.

SAVIAN E BEZERRA (2013) avaliaram a eficiência dos gastos públicos com educação nas séries iniciais do ensino fundamental nos municípios do Paraná, nos anos de 2005 a 2009, aplicando como técnica a DEA. Concluiu-se que os municípios com melhor desempenho econômico não são necessariamente os mais eficientes e que na maioria dos municípios os gastos públicos com educação se mostram ineficientes. Para a amostra foram utilizados as seguintes variáveis:

- *Inputs*: Gastos com ensino fundamental por aluno; número de escolas municipais de educação fundamental; relação aluno/professor (matriculas/professores), e Produto Interno Bruto (PIB).

- *Outputs*: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Além desses citados anteriormente, já foram publicados estudos de outros estados brasileiros, mas optou-se por apresentar em detalhes somente aqueles que mais influenciaram a atual pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho enquadra-se como descritivo quanto aos objetivos (Gil, 1999), sendo realizadas descrições da análise de comportamento dos gastos públicos dos municípios da microrregião de Tubarão. Já quanto a abordagem a pesquisa é caracterizada como qualitativa (FACHIM, 2006). Na sequência apresenta-se detalhamentos dos procedimentos de coleta e análise dos dados

#### 3.1. Coleta de dados

Para o presente trabalho foi observado o comportamento dos gastos com ensino infantil e fundamental. O período de análise foi do ano de 2010 até 2017. Para a amostra da pesquisa foi utilizada a microrregião de Tubarão, que é uma das microrregiões do Estado de Santa Catarina pertencendo a mesorregião do Sul Catarinense, composta atualmente pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão. Sua população estimada pelo censo de 2018 é de 403.338 mil habitantes e contém o total de 44.296 alunos matriculados em 2017, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1 – Estimativa da população de 2018 e quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental 2017**

MUNICÍPIO	População estimada (2018)	Matrículas no ensino fundamental (2017)
Tubarão	97.235	11.912
Imbituba	44.412	5.460
Braço do Norte	33.016	3.979
Capivari de Baixo	24.559	2.671
Laguna	45.500	5.042
Orleans	22.785	2.574
Garopaba	22.568	3.111
Jaguaruna	19.755	2.297
São Ludgero	13.165	1.722
Imaruí	10.326	1.407
Sangão	12.446	1.775
Gravatal	11.423	1.213
Armazém	8.587	936
Treze de Maio	7.070	783
Grão Pará	6.542	749

Continua



MUNICÍPIO	População estimada (2018)	Matrículas no ensino fundamental (2017)
Rio Fortuna	4.601	468
Santa Rosa de Lima	2.137	207
Pedras Grandes	4.000	492
São Martinho	3.189	374
Pescaria Brava	10.022	1.133
Total	403.338	44.296

Fonte: Adaptado pelo autor do sítio eletrônico do IBGE (2018).

A coleta dos dados foi realizada por meio dos números obtidos no banco de dados Finanças Brasil (Fimbra), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As informações coletadas no Fimbra são referentes à despesa com o ensino infantil e fundamental dos municípios analisados. Quanto ao número de alunos matriculados esses dados foram retirados do sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para verificar a qualidade do ensino dos municípios foram coletados por meio do sítio do INEP as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada município dos anos iniciais do ensino 4<sup>a</sup> série/5<sup>o</sup> ano. Criado em 2007 o IDEB tem a finalidade de mensurar a qualidade das redes de ensino, reunindo em apenas um só indicador, os resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O índice é gerado por meio de taxas de aprovação obtidas por meio do censo escolar e o desempenho é medido por meio de provas de língua portuguesa e matemática.

Logo após foram elaboradas planilhas com o auxílio do *Microsoft Excel* com número de alunos matriculados, gastos com ensino infantil e fundamental, notas de desempenho e período de análise.

### 3.2. Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados da pesquisa fica estruturada em quatro partes, evolução das despesas com educação, despesa por aluno matriculado, análise de desempenho e análise de relação entre nota do IDEB e gastos por aluno.

Na primeira parte, foi feita a análise da evolução e distribuição dos gastos no ensino infantil e fundamental, contando, inicialmente, com dezenove municípios até o ano de 2013, e de 2013 até 2017 com vinte municípios, em virtude de o município de Pescaria Brava ter sua emancipação efetivada a partir do ano de 2013.

Na segunda parte, foi feita a análise dos gastos por aluno matriculado, visto que será analisado o gasto anual de cada município e dividido pela quantidade de alunos matriculados no ensino infantil e ensino fundamental, nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017, anos de análise do índice de desempenho.

Na terceira parte, foram feitas as análises das notas de desempenho, utilizando os anos de 2011, 2013, 2015 e 2017, visto que será analisado a nota observada em comparação com a nota projetada. Também será feita uma análise da média alcançada com a média esperada da microrregião.

Na quarta parte, foi analisado o desempenho dos municípios, fazendo uma comparação com o gasto médio por aluno matriculado e a nota alcançada no IDEB em cada município.

## 4. ANÁLISE DE DADOS

A análise foi dividida em quatro tópicos; evolução dos gastos com educação; gastos por aluno matriculado; análise de desempenho; e análise de eficiência dos gastos.

### 4.1. Evolução dos gastos

Nesse tópico foi feita a análise da evolução dos gastos na educação na microrregião de Tubarão, desde o ano de 2010 até 2017. Também realizou-se uma comparação entre os gastos efetuados no ensino fundamental e os gastos com ensino infantil. Por último será analisado a evolução do ano atual com o ano anterior comparando assim a evolução dos gastos em cada área da educação.

Nessa análise o Município de Pescaria Brava está excluído dos três primeiros anos de análise, pois seus demonstrativos só estão disponíveis a partir de 2013.

**Tabela 2 – Gastos com educação por município (2010)**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	26.426.766,57	14.810.818,43	56,04%	11.178.402,02	42,30%
Imbituba	15.980.614,67	11.847.906,54	74,14%	3.349.748,77	20,96%
Laguna	13.351.199,06	12.901.671,04	96,63%	370.192,77	2,77%
Braço do Norte	12.334.320,22	12.334.320,22	100,00%		0,00%
Capivari de Baixo	12.312.619,92	6.570.301,26	53,36%	5.256.889,76	42,70%
Jaguaruna	7.895.575,00	7.450.486,00	94,36%	224.260,00	2,84%
Orleans	7.489.995,01	6.650.187,39	88,79%	640.307,62	8,55%
Garopaba	7.414.228,10	6.581.700,66	88,77%	394.729,40	5,32%
Imaruí	4.572.623,18	4.336.026,21	94,83%	35.110,41	0,77%
São Ludgero	4.266.103,50	3.708.251,03	86,92%	505.323,47	11,85%
Sangão	3.470.988,00	3.340.414,00	96,24%	130.574,00	3,76%
Gravatal	2.879.833,16	1.713.814,80	59,51%	978.963,59	33,99%
Rio Fortuna	2.872.737,32	1.951.581,01	67,93%	884.838,01	30,80%
Armazém	2.487.314,13	1.363.105,63	54,80%	1.019.002,90	40,97%
Treze de Maio	2.480.612,28	2.347.476,30	94,63%	54.601,18	2,20%
Grão Pará	2.386.779,60	1.338.289,59	56,07%	999.154,77	41,86%
Pedras Grandes	2.036.622,39	1.961.339,34	96,30%	33.343,05	1,64%
Santa Rosa de Lima	1.743.244,42	1.366.061,29	78,36%	345.330,11	19,81%

Continua

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
São Martinho	1.615.233,81	1.193.262,23	73,88%	304.700,50	18,86%
Total	134.017.410,34	103.767.012,97	77,43%	26.705.472,33	19,93%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

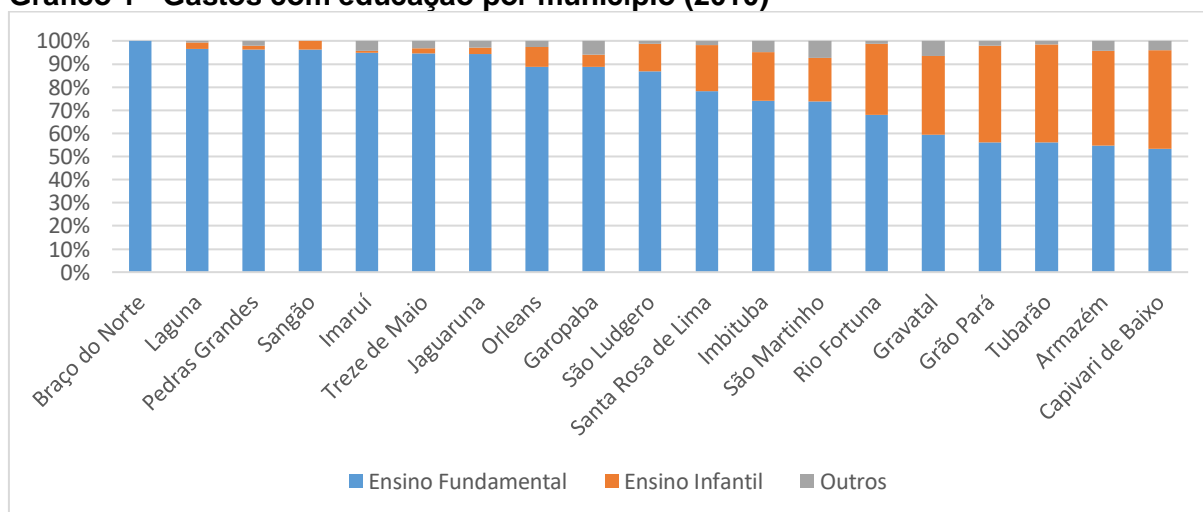
Observando a Tabela 1 de gastos com ensino de 2010, é possível concluir que 77,43% dos gastos em educação são destinados ao ensino fundamental, enquanto 19,93% são destinados ao ensino infantil, somando um total de 97,36% dos gastos em educação. O restante é alocado em educação de jovens e adultos, educação especial e outras modalidades de ensino.

Percebe-se que no ano de 2010, nove dos dezenove municípios investiram mais de 80% dos gastos em educação com ensino fundamental. Ficando entres os três primeiros os municípios de Pescaria Brava, Braço do Norte e Laguna. E aqueles que menos investem em relação ao total gasto em educação no município são Capivari de Baixo, Armazém e Tubarão.

Os municípios com maior investimento em ensino infantil em relação ao total gasto em educação foram os municípios de Capivari de baixo, Tubarão e Grão-Pará. Enquanto os que menos investem são Braço do Norte, Laguna e Pedras Grandes.

O gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental, infantil e outras funções do ensino.

**Gráfico 1 - Gastos com educação por município (2010)**



Fonte: Elaborado pela autor.

Conclui-se que os municípios que mais investem dinheiro em educação são Tubarão, Imbituba e Laguna. Enquanto São Martinho, Santa Rosa de Lima e Pedras Grandes são os que têm o menor gasto com educação da microrregião.

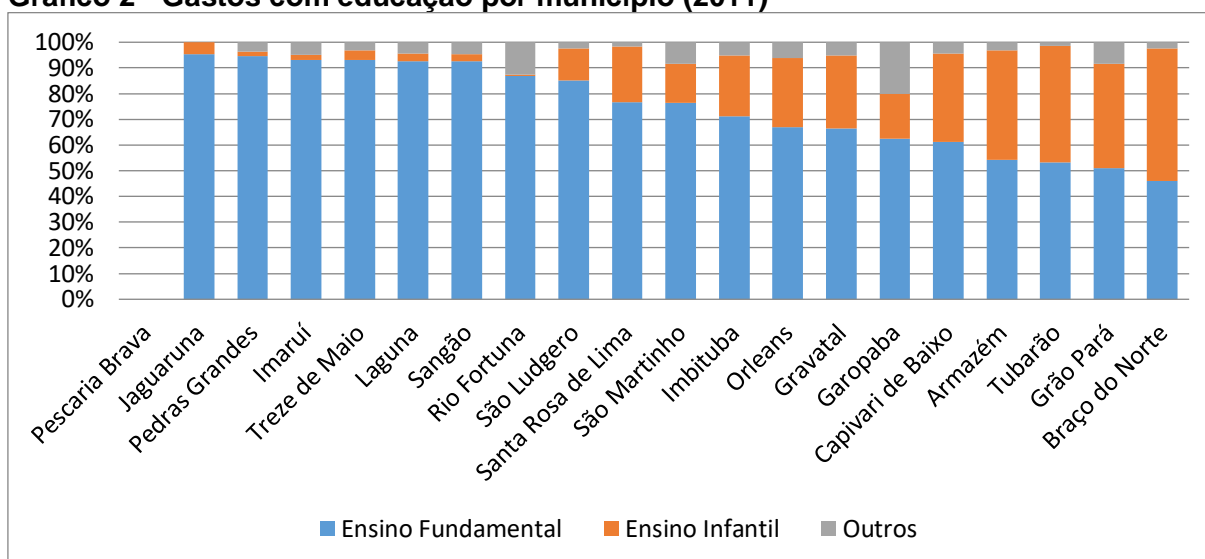
**Tabela 3 – Gastos com educação por município (2011).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	31.529.083,30	16.818.268,31	53,34%	14.233.612,72	45,14%
Imbituba	17.153.836,20	12.224.309,37	71,26%	4.037.713,08	23,54%
Braço do Norte	14.200.011,70	6.550.416,84	46,13%	7.293.403,82	51,36%
Laguna	13.760.425,77	12.738.828,33	92,58%	422.766,31	3,07%
Capivari de Baixo	12.499.366,94	7.667.823,20	61,35%	4.268.541,79	34,15%
Orleans	10.119.775,04	6.773.656,06	66,93%	2.726.031,62	26,94%
Garopaba	9.017.557,27	5.636.478,28	62,51%	1.562.069,36	17,32%
Jaguaruna	8.842.105,00	8.427.150,00	95,31%	414.955,00	4,69%
São Ludgero	5.511.928,35	4.699.071,58	85,25%	680.056,77	12,34%
Imaruí	5.455.152,95	5.082.201,85	93,16%	108.246,37	1,98%
Sangão	4.775.612,59	4.419.538,65	92,54%	133.468,69	2,79%
Gravatal	3.523.529,44	2.341.947,23	66,47%	998.698,69	28,34%
Armazém	3.265.804,37	1.769.071,86	54,17%	1.393.846,94	42,68%
Treze de Maio	3.186.477,70	2.966.169,68	93,09%	123.510,52	3,88%
Grão Pará	2.785.029,67	1.419.643,41	50,97%	1.134.009,11	40,72%
Rio Fortuna	2.687.825,16	2.335.443,26	86,89%	15.753,80	0,59%
Pedras Grandes	2.571.731,75	2.430.694,55	94,52%	45.000,00	1,75%
São Martinho	2.355.610,17	1.800.792,85	76,45%	354.671,89	15,06%
Santa Rosa de Lima	2.027.181,88	1.555.114,17	76,71%	440.091,49	21,71%
Total	155.268.045,25	107.656.619,48	69,34%	40.386.447,97	26,01%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

De acordo com a Tabela 2 no ano de 2011 o ensino fundamental continuou recebendo a maior parte dos investimentos, sendo eles 69,34%, e o ensino infantil ficou com 26,01% dos gastos em educação da microrregião. O restante é alocado em educação de jovens e adultos, educação especial e outras modalidades de ensino.

O Gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 2 - Gastos com educação por município (2011)**

Fonte: Elaborado pela autor.

Jaguaruna, Pedras Grandes e Imaruí são os municípios que no ano de 2011 investiram o maior percentual dos gastos em educação no ensino fundamental. Tubarão Grão-Pará e Braço do Norte foram os municípios que investiram o menor percentual dos gastos em ensino fundamental.

Os municípios com maior investimento em ensino infantil em relação ao total gasto com ensino foram os municípios de Braço do Norte, Tubarão e Grão Pará. Já Imaruí, Pedras Grandes e Rio fortuna foram os que menos investiram.

**Tabela 4 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)	Total (R\$)
2010	103.767.012,97	26.705.472,33	130.472.485,30
2011	107.656.619,48	40.386.447,97	148.043.067,45
%	3,75%	51,23%	13,47%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Em 2011 houve uma evolução de 13,47% no investimento em ensino infantil e ensino fundamental na microrregião. A educação infantil teve um aumento de 51,23% enquanto o ensino fundamental teve 3,75% de aumento.

**Tabela 5 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2010 (R\$)	2011 (R\$)	%
São Martinho	1.497.962,73	2.155.464,74	43,89%
Armazém	2.382.108,53	3.162.918,80	32,78%
Sangão	3.470.988,00	4.553.007,34	31,17%
Orleans	7.290.495,01	9.499.687,68	30,30%
Treze de Maio	2.402.077,48	3.089.680,20	28,63%
São Ludgero	4.213.574,50	5.379.128,35	27,66%
Pedras Grandes	1.994.682,39	2.475.694,55	24,11%
Gravatal	2.692.778,39	3.340.645,92	24,06%
Tubarão	25.989.220,45	31.051.881,03	19,48%
Imaruí	4.371.136,62	5.190.448,22	18,74%
Santa Rosa de Lima	1.711.391,40	1.995.205,66	16,58%
Jaguaruna	7.674.746,00	8.842.105,00	15,21%
Braço do Norte	12.334.320,22	13.843.820,66	12,24%
Grão Pará	2.337.444,36	2.553.652,52	9,25%
Imbituba	15.197.655,31	16.262.022,45	7,00%
Garopaba	6.976.430,06	7.198.547,64	3,18%
Capivari de Baixo	11.827.191,02	11.936.364,99	0,92%
Laguna	13.271.863,81	13.161.594,64	-0,83%
Rio Fortuna	2.836.419,02	2.351.197,06	-17,11%
Total	130.472.485,30	148.043.067,45	13,47%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Do ano de 2010 para 2011 tem-se os municípios de São Martinho, Armazém e Sangão como aqueles que mais investiram em ensino fundamental e ensino infantil se comparados ao ano anterior. Em contrapartida, Imbituba, Garopaba e Capivari de Baixo foram aqueles que menos investiram comparado ao ano anterior. Laguna e Rio fortuna foram os únicos municípios da microrregião que tiveram um corte nos gastos em ensino fundamental e educação infantil.

**Tabela 6 – Gastos com educação por município (2012).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	40.511.323,96	23.074.453,22	56,96%	16.928.024,69	41,79%
Imbituba	19.261.427,18	13.587.719,49	70,54%	4.668.384,58	24,24%
Braço do Norte	15.151.510,83	6.998.667,57	46,19%	7.122.599,22	47,01%
Capivari de Baixo	15.040.380,22	8.458.640,22	56,24%	5.702.552,28	37,91%
Laguna	16.997.401,13	15.788.952,34	92,89%	617.958,00	3,64%
Orleans	10.609.860,71	8.188.054,29	77,17%	1.914.037,16	18,04%
Garopaba	10.210.282,32	8.766.343,14	85,86%	961.428,54	9,42%
Jaguaruna	11.401.881,00	10.412.663,00	91,32%	418.166,00	3,67%
São Ludgero	6.608.317,04	4.564.888,04	69,08%	1.755.124,11	26,56%
Imaruí	6.891.775,64	6.621.447,98	96,08%	132.138,56	1,92%
Sangão	5.895.763,34	4.918.093,78	83,42%	977.669,56	16,58%

Continua

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Gravatal	5.352.005,78	3.469.024,28	64,82%	1.008.833,24	18,85%
Armazém	3.599.193,30	1.999.513,04	55,55%	1.434.972,71	39,87%
Treze de Maio	3.435.445,72	3.241.850,93	94,36%	72.014,79	2,10%
Grão Pará	3.973.166,58	2.207.152,17	55,55%	1.428.795,11	35,96%
Rio Fortuna	3.636.702,88	2.715.688,52	74,67%	831.019,00	22,85%
Santa Rosa de Lima	2.364.827,96	1.761.351,41	74,48%	551.396,91	23,32%
Pedras Grandes	3.292.403,68	2.513.892,49	76,35%	667.063,56	20,26%
São Martinho	1.902.340,87	1.341.094,02	70,50%	487.129,65	25,61%
Total	186.136.010,14	130.629.489,93	70,18%	47.679.307,67	25,62%

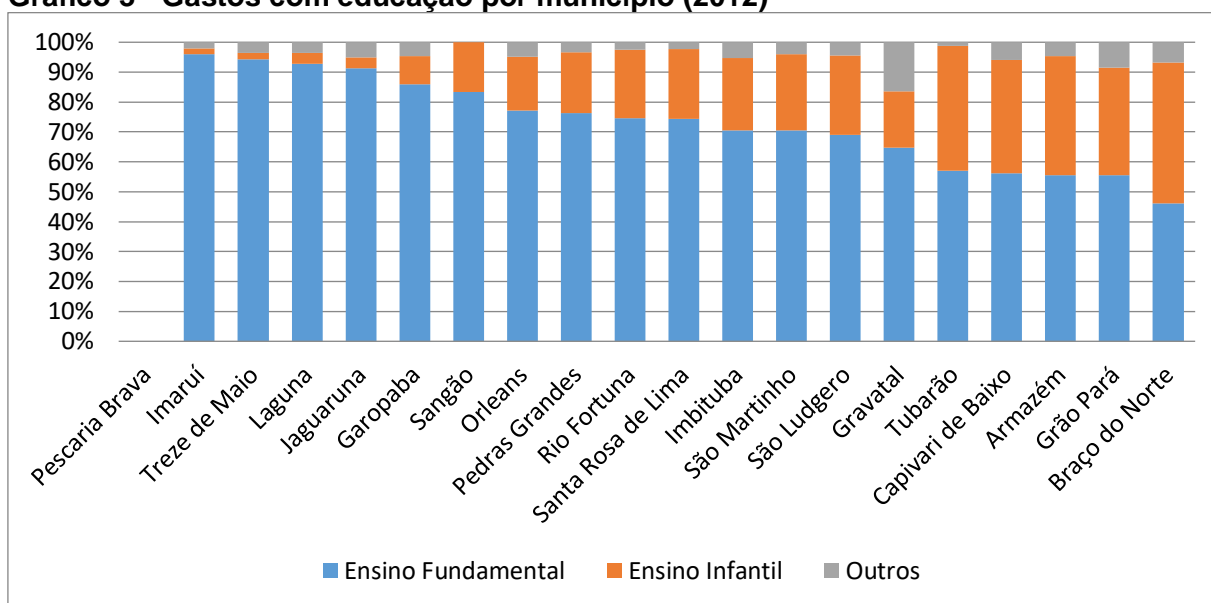
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No mesmo ano, o município de Imaruí foi o que mais investiu no ensino fundamental, seguido por Treze de Maio e Laguna. Braço do Norte, Grão Pará e Armazém vêm em últimos na Tabela, tendo a menor quantia de investimento em ensino fundamental comparado ao total gasto em educação.

Braço do Norte, Tubarão e Armazém, assim como no ano anterior, foram os municípios que tiveram o maior investimento em educação infantil comparado ao gasto total em educação. Imaruí, Treze de Maio e Laguna foram os que menos investiram em educação infantil.

O Gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.



**Gráfico 3 - Gastos com educação por município (2012)**

Fonte: Elaborado pela autor.

Em 2012, os gastos em ensino fundamental foram de 70,18%, enquanto os de educação infantil ficaram com 25,62% do total investido em educação no município.

**Tabela 7 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Infantil	Total
2011	107.656.619,48	40.386.447,97	148.043.067,45
2012	130.629.489,93	47.679.307,67	178.308.797,60
%	21,34%	18,06%	20,44%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Em 2012, houve uma evolução de 20,44% no investimento em educação infantil e ensino fundamental na microrregião. A educação infantil recebeu um aumento percentual de 18,06% comparada ao ano anterior. Já o ensino fundamental teve um aumento de 21,34%.

**Tabela 8 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2011 (R\$)	2012 (R\$)	%
Rio Fortuna	2.351.197,06	3.546.707,52	50,85%
Grão Pará	2.553.652,52	3.635.947,28	42,38%
Garopaba	7.198.547,64	9.727.771,68	35,14%
Gravatal	3.340.645,92	4.477.857,52	34,04%
Imaruí	5.190.448,22	6.753.586,54	30,12%
Sangão	4.553.007,34	5.895.763,34	29,49%
Tubarão	31.051.881,03	40.002.477,91	28,82%

Continua

MUNICÍPIO	2011 (R\$)	2012 (R\$)	%
Pedras Grandes	2.475.694,55	3.180.956,05	28,49%
Laguna	13.161.594,64	16.406.910,34	24,66%
Jaguaruna	8.842.105,00	10.830.829,00	22,49%
Capivari de Baixo	11.936.364,99	14.161.192,50	18,64%
São Ludgero	5.379.128,35	6.320.012,15	17,49%
Santa Rosa de Lima	1.995.205,66	2.312.748,32	15,92%
Imbituba	16.262.022,45	18.256.104,07	12,26%
Armazém	3.162.918,80	3.434.485,75	8,59%
Treze de Maio	3.089.680,20	3.313.865,72	7,26%
Orleans	9.499.687,68	10.102.091,45	6,34%
Braço do Norte	13.843.820,66	14.121.266,79	2,00%
São Martinho	2.155.464,74	1.828.223,67	-15,18%
Total	148.043.067,45	178.308.797,60	20,44%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

De 2011 para 2012 os municípios de Rio Fortuna, Garopaba e Gravatal foram aqueles que mais elevaram seus gastos em ensino fundamental e ensino infantil comparado ao ano anterior. Treze de Maio, Orleans e Braço do Norte tiveram a menor evolução dos gastos, enquanto São Martinho foi o único município nesse ano que teve um corte nos gastos em Ensino Fundamental e Educação infantil.

**Tabela 9 – Gastos com educação por município (2013).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	40.839.656,57	21.432.539,93	52,48%	18.837.116,64	46,12%
Imbituba	20.351.917,39	13.997.045,64	68,78%	4.688.113,91	23,04%
Braço do Norte	17.453.160,16	8.160.057,29	46,75%	8.375.642,60	47,99%
Capivari de Baixo	17.453.160,16	8.160.057,29	46,75%	8.375.642,60	47,99%
Laguna	17.266.635,59	16.140.486,37	93,48%	1.093.597,72	6,33%
Orleans	12.296.880,81	9.380.209,13	76,28%	2.187.112,20	17,79%
Garopaba	10.966.927,49	9.092.282,90	82,91%	1.304.473,68	11,89%
Jaguaruna	9.950.348,29	9.576.904,58	96,25%	87.975,78	0,88%
São Ludgero	7.179.096,82	5.170.754,56	72,03%	1.744.648,32	24,30%
Imaruí	6.331.905,76	5.868.890,68	92,69%	107.657,78	1,70%
Sangão	5.801.524,91	5.150.312,36	88,78%	354.249,49	6,11%
Gravatal	5.432.379,19	2.499.937,20	46,02%	1.986.345,01	36,56%
Armazém	4.214.813,17	2.345.332,30	55,64%	1.663.349,68	39,46%
Treze de Maio	3.925.551,20	3.688.846,63	93,97%	37.554,38	0,96%

Continua

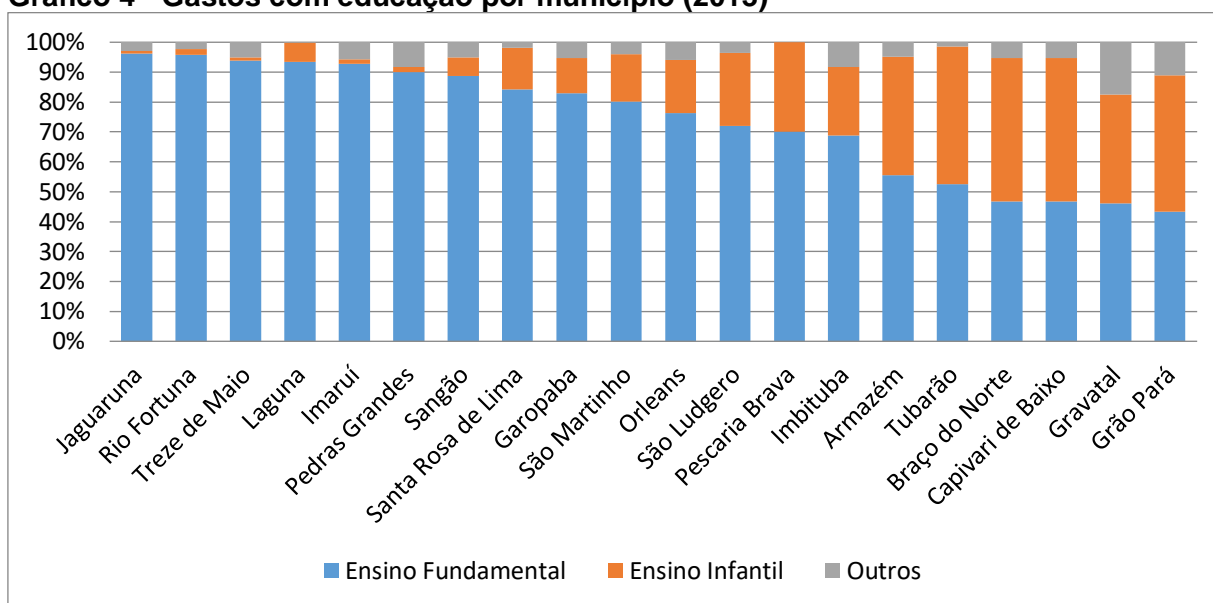
MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Grão Pará	3.756.861,81	1.624.389,52	43,24%	1.715.366,53	45,66%
Rio Fortuna	3.338.119,65	3.194.814,21	95,71%	67.146,45	2,01%
Santa Rosa de Lima	3.223.160,13	2.713.477,63	84,19%	450.437,76	13,98%
Pedras Grandes	2.777.638,60	2.497.942,76	89,93%	48.425,50	1,74%
São Martinho	2.034.050,56	1.629.801,72	80,13%	323.990,47	15,93%
Pescaria Brava	1.560.850,34	1.095.332,04	70,18%	465.518,30	29,82%
Total	196.154.638,60	133.419.414,74	68,02%	53.914.364,80	27,49%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No ano de 2013, os municípios de Jaguaruna, Rio Fortuna e Treze de Maio foram aqueles que mais investiram em ensino fundamental em relação ao total dos gastos em educação na microrregião. Braço do Norte, Gravatal e Grão Pará vêm nos últimos lugares no quesito gastos em ensino fundamental em relação aos gastos totais em educação na microrregião.

Quando se trata de educação infantil, os municípios de Braço do Norte, Capivari de Baixo e Tubarão foram os municípios que mais investiram comparado aos gastos totais em educação. Imaruí, Treze de Maio e Jaguaruna tiveram os menores gastos em educação infantil comparado aos gastos totais em educação.

O gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 4 - Gastos com educação por município (2013)**

Fonte: Elaborado pela autor.

Em 2013, os gastos em ensino fundamental representaram 68,02% dos gastos totais em educação na microrregião, enquanto no ensino infantil tivemos um leve aumento nos gastos ficando com 27,49% dos gastos. Nesse ano também há a adição do município de Pescaria Brava a Microrregião de Tubarão.

**Tabela 10 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)	Total (R\$)
2012	130.629.489,93	47.679.307,67	178.308.797,60
2013	133.419.414,74	53.914.364,80	187.333.779,54
%	2,14%	13,08%	5,06%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Diferente de 2012, em 2013 tem-se uma menor evolução nos gastos em ensino fundamental e educação infantil, atingindo apenas 5,06% de aumento nos gastos. O ensino fundamental teve um acréscimo de 2,14%, enquanto os gastos em educação infantil subiram 13,08%.

**Tabela 11 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2012 (R\$)	2013 (R\$)	%
Santa Rosa de Lima	R\$ 2.312.748,32	R\$ 3.163.915,39	36,80%
Braço do Norte	R\$ 14.121.266,79	R\$ 16.535.699,89	17,10%
Capivari de Baixo	R\$ 14.161.192,50	R\$ 16.535.699,89	16,77%

Continua

MUNICÍPIO	2012 (R\$)	2013 (R\$)	%
Armazém	R\$ 3.434.485,75	R\$ 4.008.681,98	16,72%
Orleans	R\$ 10.102.091,45	R\$ 11.567.321,33	14,50%
Treze de Maio	R\$ 3.313.865,72	R\$ 3.726.401,01	12,45%
São Ludgero	R\$ 6.320.012,15	R\$ 6.915.402,88	9,42%
Garopaba	R\$ 9.727.771,68	R\$ 10.396.756,58	6,88%
São Martinho	R\$ 1.828.223,67	R\$ 1.953.792,19	6,87%
Laguna	R\$ 16.406.910,34	R\$ 17.234.084,09	5,04%
Imbituba	R\$ 18.256.104,07	R\$ 18.685.159,55	2,35%
Tubarão	R\$ 40.002.477,91	R\$ 40.269.656,57	0,67%
Gravatal	R\$ 4.477.857,52	R\$ 4.486.282,21	0,19%
Pescaria Brava	R\$	- R\$ 1.560.850,34	0,00%
Sangão	R\$ 5.895.763,34	R\$ 5.504.561,85	-6,64%
Rio Fortuna	R\$ 3.546.707,52	R\$ 3.261.960,66	-8,03%
Grão Pará	R\$ 3.635.947,28	R\$ 3.339.756,05	-8,15%
Jaguaruna	R\$ 10.830.829,00	R\$ 9.664.880,36	-10,77%
Imaruí	R\$ 6.753.586,54	R\$ 5.976.548,46	-11,51%
Pedras Grandes	R\$ 3.180.956,05	R\$ 2.546.368,26	-19,95%
Total	R\$ 178.308.797,60	R\$ 187.333.779,54	5,06%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No ano de 2013, os municípios de Santa Rosa de Lima, Braço do Norte e Armazém lideraram os municípios com a maior evolução dos gastos em ensino fundamental e educação infantil. Imbituba, Tubarão e Gravatal foram os que tiveram a menor evolução nos gastos. O ano de 2013 foi o ano em que mais municípios tiveram cortes nas modalidades de ensino, totalizando seis municípios com cortes, sendo eles Sangão, Rio Fortuna, Grão Pará, Jaguaruna, Imaruí e Pedras Grandes.

**Tabela 12 – Gasto com educação por municípios (2014).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	50.299.965,18	25.303.446,90	50,31%	22.546.348,24	44,82%
Imbituba	24.897.017,29	16.420.334,79	65,95%	6.803.590,79	27,33%
Braço do Norte	19.768.953,42	9.890.563,62	50,03%	8.834.515,32	44,69%
Laguna	16.126.397,77	14.954.669,71	92,73%	1.161.432,96	7,20%
Capivari de Baixo	20.207.891,27	12.405.413,62	61,39%	6.960.055,82	34,44%
Orleans					
Garopaba	12.294.907,24	9.557.228,55	77,73%	2.169.300,74	17,64%
Jaguaruna	11.189.309,42	11.030.812,61	98,58%	158.496,81	1,42%

Continua

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
São Ludgero	7.658.500,41	5.882.219,29	76,81%	1.545.571,65	20,18%
Imaruí	6.631.884,59	5.294.218,69	79,83%	1.061.558,09	16,01%
Sangão	6.717.422,14	6.254.886,72	93,11%	388.911,42	5,79%
Gravatal	6.600.799,67	3.706.959,50	56,16%	2.485.538,59	37,66%
Armazém	5.313.712,17	3.242.877,04	61,03%	1.846.246,10	34,74%
Treze de Maio	5.500.662,78	5.313.681,75	96,60%	84.131,03	1,53%
Grão Pará	4.100.102,20	1.372.874,00	33,48%	2.294.618,62	55,96%
Rio Fortuna	4.548.870,67	4.118.595,48	90,54%	63.452,77	1,39%
Santa Rosa de Lima	3.068.936,59	2.827.592,13	92,14%	232.866,92	7,59%
Pedras Grandes	3.134.961,44	2.844.639,15	90,74%	160.236,59	5,11%
São Martinho	2.285.900,70	1.827.360,09	79,94%	272.359,37	11,91%
Pescaria Brava	6.250.457,84	5.073.420,60	81,17%	1.170.943,36	18,73%
Total	216.596.652,79	147.321.794,24	68,02%	60.240.175,19	27,81%

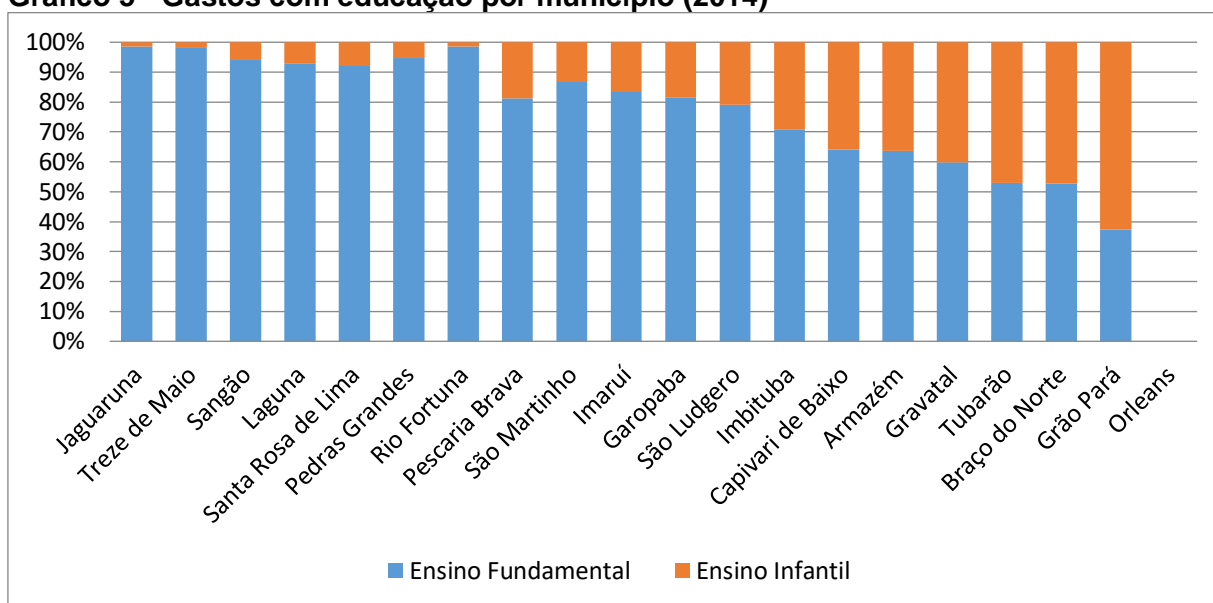
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Em 2014 a distribuição dos gastos em educação permaneceu praticamente idêntica ao ano anterior, recebendo o ensino fundamental 68,02% dos gastos e a ensino infantil recebeu 27,81%. No ano de 2014 não foi possível encontrar as informações com os gastos em educação do município de Orleans.

Jaguaruna, Treze de Maio e Sangão são os municípios que no ano de 2014 mais investiram em ensino fundamental comparado ao total investido em educação. Grão Pará, Braço do Norte e Tubarão os quem tiveram os menores gastos em ensino fundamental quando comparado ao total gasto em educação.

Os municípios que tiveram o maior percentual de gastos em educação infantil na microrregião foram os municípios de Grão Pará, Tubarão e Braço do Norte. E aqueles que menos investiram comparado ao total de gastos foram os municípios de Rio Fortuna, Jaguaruna e Treze de Maio.

O gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 5 - Gastos com educação por município (2014)**

Fonte: Elaborado pela autor.

Em 2014 a distribuição dos gastos em educação permaneceu praticamente idêntica ao ano anterior, recebendo o ensino fundamental 68,02% dos gastos e a ensino infantil recebeu 27,81%. No ano de 2014 não foi possível encontrar as informações com os gastos em educação do município de Orleans.

**Tabela 13 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)	Total (R\$)
2013	124.039.205,61	51.727.252,60	175.766.458,21
2014	147.321.794,24	60.240.175,19	207.561.969,43
%	18,77%	16,46%	18,09%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Considerando a ausência das demonstrações do município de Orleans, tivemos um acréscimo de 18,09% nos gastos em ensino fundamental e ensino infantil. O ensino infantil teve um aumento de 16,46% nos gastos, e o ensino fundamental teve um acréscimo de 18,77%.

**Tabela 14 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2013 (R\$)	2014 (R\$)	%
Pescaria Brava	1.560.850,34	6.244.363,96	300,06%
Treze de Maio	3.726.401,01	5.397.812,78	44,85%
Gravatal	4.486.282,21	6.192.498,09	38,03%
Rio Fortuna	3.261.960,66	4.182.048,25	28,21%
Armazém	4.008.681,98	5.089.123,14	26,95%
Imbituba	18.685.159,55	23.223.925,58	24,29%
Sangão	5.504.561,85	6.643.798,14	20,70%
Tubarão	40.269.656,57	47.849.795,14	18,82%
Pedras Grandes	2.546.368,26	3.004.875,74	18,01%
Capivari de Baixo	16.535.699,89	19.365.469,44	17,11%
Jaguaruna	9.664.880,36	11.189.309,42	15,77%
Braço do Norte	16.535.699,89	18.725.078,94	13,24%
Garopaba	10.396.756,58	11.726.529,29	12,79%
Grão Pará	3.339.756,05	3.667.492,62	9,81%
São Martinho	1.953.792,19	2.099.719,46	7,47%
São Ludgero	6.915.402,88	7.427.790,94	7,41%
Imaruí	5.976.548,46	6.355.776,78	6,35%
Santa Rosa de Lima	3.163.915,39	3.060.459,05	-3,27%
Laguna	17.234.084,09	16.116.102,67	-6,49%
Total	175.766.458,21	207.561.969,43	18,09%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

O novato município de Pescaria Brava teve o maior gasto em educação no ano de 2014 em comparação a 2013. Atrás dele vêm os municípios de Treze de Maio e Gravatal. São Martinho, São Ludgero e Imaruí foram os que menos investiram em educação no ensino fundamental e ensino infantil comparado ao ano anterior. Diferente do ano anterior, Santa Rosa de Lima e Laguna foram os dois municípios que tiveram cortes de gastos no ano.

**Tabela 15 – Gastos com educação por município (2015).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	54.422.499,00	27.002.857,47	49,62%	25.177.536,39	46,26%
Imbituba	27.392.563,85	18.222.335,45	66,52%	7.100.527,79	25,92%
Braço do Norte	21.048.556,53	9.718.675,92	46,17%	10.124.500,68	48,10%
Capivari de Baixo	21.062.862,90	11.054.927,68	52,49%	9.368.129,26	44,48%
Laguna	18.085.315,37	16.524.783,60	91,37%	1.484.531,77	8,21%

Continua



MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Orleans	15.560.746,47	11.656.664,04	74,91%	3.153.088,86	20,26%
Garopaba	14.329.278,32	11.248.294,61	78,50%	2.378.660,11	16,60%
Jaguaruna	13.123.053,72	11.582.479,83	88,26%	1.248.394,02	9,51%
São Ludgero	8.247.136,45	6.487.203,74	78,66%	1.410.624,08	17,10%
Imaruí	8.704.647,36	6.739.092,33	77,42%	1.521.056,74	17,47%
Sangão	7.472.647,28	6.596.538,39	88,28%	401.216,28	5,37%
Gravatal	7.411.496,89	4.307.549,93	58,12%	2.762.232,26	37,27%
Armazém	4.674.313,73	2.601.210,57	55,65%	1.870.308,35	40,01%
Treze de Maio	4.567.189,19	4.182.891,92	91,59%	77.017,70	1,69%
Grão Pará	4.555.831,75	1.599.185,75	35,10%	2.511.616,76	55,13%
Rio Fortuna	4.132.106,72	3.929.236,25	95,09%	36.396,28	0,88%
Santa Rosa de Lima	2.849.593,01	2.595.049,13	91,07%	240.452,52	8,44%
Pedras Grandes	3.834.052,25	3.303.551,56	86,16%	299.298,09	7,81%
São Martinho	2.499.264,82	1.989.515,16	79,60%	383.985,09	15,36%
Pescaria Brava	5.447.002,51	4.217.080,80	77,42%	1.077.835,11	19,79%
Total	249.420.158,12	165.559.124,13	66,38%	72.627.408,14	29,12%

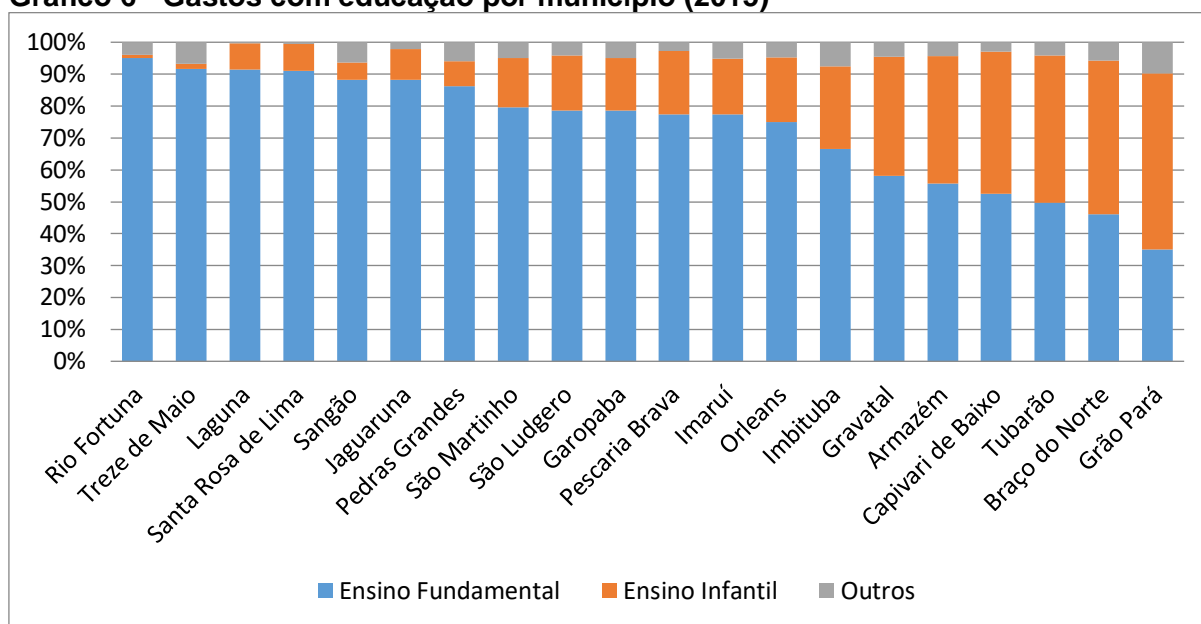
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No ano de 2015 experimentou-se uma leve redução nos investimentos em ensino fundamental, atingindo 66,68% dos investimentos em educação. A ensino Infantil teve uma pequena alta, atingindo 29,12%. Nesse ano já podemos perceber que os investimentos na ensino infantil tiveram uma considerável alta desde 2010, passando de 19,93% dos investimentos totais em educação para 29,12%. Isso representa uma melhor distribuição nos investimentos em educação ao passar dos anos.

Rio fortuna, Treze de Maio e Laguna foram os municípios que no ano de 2015 tiveram o maior incremento percentual em ensino fundamental. Tubarão, Braço do Norte e Grão Pará foram os que tiveram o menor investimento em Ensino Fundamental.

Tubarão, Braço do Norte e Grão Pará foram também aqueles que tiveram o maior investimento em ensino infantil no ano. Rio Fortuna, Treze de Maio e Sangão tiveram os menores gastos em ensino infantil no ano de 2015.

O Gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 6 - Gastos com educação por município (2015)**

Fonte: Elaborado pela autor.

**Tabela 16 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)	Total (R\$)
2014	147.321.794,24	60.240.175,19	207.561.969,43
2015	153.902.460,09	69.474.319,28	223.376.779,37
%	4,47%	15,33%	7,62%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Em consequência da ausência das demonstrações no município de Orleans em 2014, em 2015 também não usaremos ele na análise de evolução dos gastos.

Observamos em 2015 um acréscimo de 7,62% nos gastos no ensino fundamental e ensino e infantil.

Mais uma vez os municípios adotaram maior atenção ao ensino Infantil. Percebe-se uma alta de 15,33% comparada ao ano anterior. No ensino fundamental temos também uma melhora nos gastos de 4,47%.

**Tabela 17 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2014 (R\$)	2015 (R\$)	%
Imaruí	6.355.776,78	8.260.149,07	29,96%
Pedras Grandes	3.004.875,74	3.602.849,65	19,90%
Garopaba	11.726.529,29	13.626.954,72	16,21%
Jaguaruna	11.189.309,42	12.830.873,85	14,67%
Gravatal	6.192.498,09	7.069.782,19	14,17%
São Martinho	2.099.719,46	2.373.500,25	13,04%
Grão Pará	3.667.492,62	4.110.802,51	12,09%
Laguna	16.116.102,67	18.009.315,37	11,75%
Tubarão	47.849.795,14	52.180.393,86	9,05%
Imbituba	23.223.925,58	25.322.863,24	9,04%
São Ludgero	7.427.790,94	7.897.827,82	6,33%
Braço do Norte	18.725.078,94	19.843.176,60	5,97%
Capivari de Baixo	19.365.469,44	20.423.056,94	5,46%
Sangão	6.643.798,14	6.997.754,67	5,33%
Rio Fortuna	4.182.048,25	3.965.632,53	-5,17%
Santa Rosa de Lima	3.060.459,05	2.835.501,65	-7,35%
Armazém	5.089.123,14	4.471.518,92	-12,14%
Pescaria Brava	6.244.363,96	5.294.915,91	-15,20%
Treze de Maio	5.397.812,78	4.259.909,62	-21,08%
Total	207.561.969,43	223.376.779,37	7,62%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

O município de Imaruí foi, em 2015, o município que mais elevou seus gastos em ensino fundamental e ensino infantil quando comparado ao ano anterior. Logo atrás vêm os municípios de Pedras Grandes e Garopaba. Os municípios de Braço do Norte, Capivari de Baixo e Sangão foram os que menos elevaram seus gastos comparado ao ano anterior. Nesse ano tivemos os municípios de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Armazém, Pescaria Brava e Treze de Maio cortando gastos nas modalidades de ensino.

**Tabela 18 – Gasto com educação por município (2016).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	61.890.464,90	28.287.711,99	45,71%	30.682.818,94	49,58%
Imbituba	29.074.708,25	18.765.316,04	64,54%	8.252.583,98	28,38%
Laguna	18.973.902,71	17.038.405,95	89,80%	1.879.496,76	9,91%

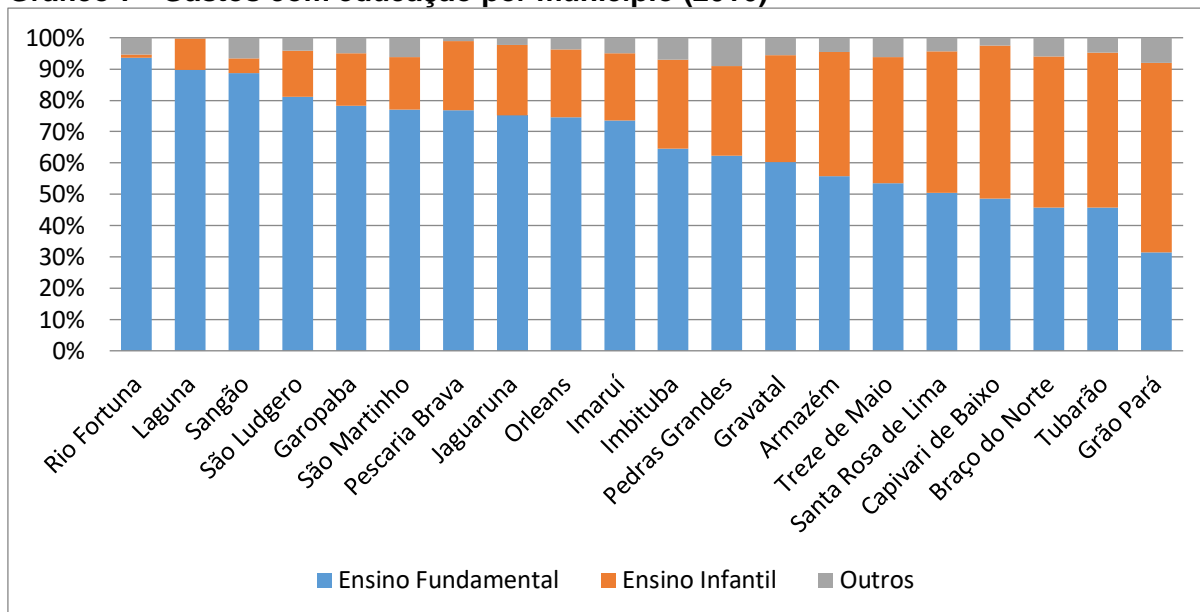
Continua

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Braço do Norte	22.042.757,20	10.100.954,30	45,82%	10.630.008,23	48,22%
Capivari de Baixo	21.447.704,80	10.447.715,54	48,71%	10.461.839,00	48,78%
Orleans	16.392.802,74	12.232.720,86	74,62%	3.551.051,69	21,66%
Garopaba	17.141.088,43	13.411.647,41	78,24%	2.864.475,36	16,71%
Jaguaruna	16.444.511,80	12.368.478,24	75,21%	3.713.352,79	22,58%
São Ludgero	8.201.313,70	6.646.058,13	81,04%	1.213.228,57	14,79%
Imaruí	8.653.975,99	6.362.051,14	73,52%	1.866.290,55	21,57%
Sangão	7.725.499,20	6.846.911,48	88,63%	371.334,44	4,81%
Gravatal	8.023.704,15	4.843.937,04	60,37%	2.734.295,99	34,08%
Armazém	5.245.732,32	2.926.298,90	55,78%	2.077.433,42	39,60%
Treze de Maio	5.787.578,19	3.103.502,12	53,62%	2.327.004,68	40,21%
Grão Pará	5.135.562,86	1.609.100,34	31,33%	3.110.881,60	60,58%
Rio Fortuna	4.274.563,89	3.997.439,07	93,52%	43.852,96	1,03%
Santa Rosa de Lima	3.111.523,50	1.571.009,08	50,49%	1.408.359,77	45,26%
Pedras Grandes	3.926.622,60	2.448.894,80	62,37%	1.119.754,56	28,52%
São Martinho	2.757.590,25	2.126.636,41	77,12%	460.992,62	16,72%
Pescaria Brava	5.870.137,53	4.509.529,79	76,82%	1.296.803,64	22,09%
Total	272.121.745,01	169.644.318,63	62,34%	90.065.859,55	33,10%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Os gastos em ensino fundamental e ensino infantil no ano de 2016 seguiram a mesma lógica dos anos anteriores, melhorando a distribuição dos gastos entre ensino fundamental e ensino Infantil teve uma redução para 62,34% gastos totais em Ensino fundamental e 33,10% em Ensino Infantil.

O gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 7 - Gastos com educação por município (2016)**

Fonte: Elaborado pela autor.

**Tabela 19 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)	Total (R\$)
2015	165.559.124,13	72.627.408,14	238.186.532,27
2016	169.644.318,63	90.065.859,55	259.710.178,18
%	2,47%	24,01%	9,04%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Em 2016, o município do Orleans volta para a análise da evolução dos gastos. Neste ano tem-se uma evolução nos gastos em ensino fundamental e ensino infantil de 9,04%, com as maiores reflexões se dando novamente, assim como em todos os anos anteriores, no ensino infantil. O ensino infantil teve um acréscimo de 24,01%, já os gastos em ensino fundamental tiveram uma pequena alta de 2,47%.

**Tabela 20 - Evolução dos gastos em educação por município.**

MUNICÍPIO	2015 (R\$)	2016 (R\$)	%
Treze de Maio	4.259.909,62	5.430.506,80	27,48%
Jaguaruna	12.830.873,85	16.081.831,03	25,34%
Garopaba	13.626.954,72	16.276.122,77	19,44%
Grão Pará	4.110.802,51	4.719.981,94	14,82%
Tubarão	52.180.393,86	58.970.530,93	13,01%

Continua

MUNICÍPIO	2015 (R\$)	2016 (R\$)	%
Armazém	4.471.518,92	5.003.732,32	11,90%
Pescaria Brava	5.294.915,91	5.806.333,43	9,66%
São Martinho	2.373.500,25	2.587.629,03	9,02%
Gravatal	7.069.782,19	7.578.233,03	7,19%
Imbituba	25.322.863,24	27.017.900,02	6,69%
Orleans	14.809.752,90	15.783.772,55	6,58%
Santa Rosa de Lima	2.835.501,65	2.979.368,85	5,07%
Laguna	18.009.315,37	18.917.902,71	5,05%
Braço do Norte	19.843.176,60	20.730.962,53	4,47%
Sangão	6.997.754,67	7.218.245,92	3,15%
Capivari de Baixo	20.423.056,94	20.909.554,54	2,38%
Rio Fortuna	3.965.632,53	4.041.292,03	1,91%
Imaruí	8.260.149,07	8.228.341,69	-0,39%
São Ludgero	7.897.827,82	7.859.286,70	-0,49%
Pedras Grandes	3.602.849,65	3.568.649,36	-0,95%
Total	238.186.532,27	259.710.178,18	9,04%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Quando comparados ao ano anterior, os municípios de Treze de Maio, Jaguaruna e Garopaba foram os que mais elevaram seus gastos nas modalidades da educação. Rio Fortuna, Capivari de Baixo e Sangão, foram os municípios que menos elevaram seus gastos em ambas as modalidades. Temos também os municípios que reduziram seus gastos, Imaruí, São Ludgero e Pedras Grandes.

**Tabela 21 – Gasto com educação por município (2017).**

MUNICÍPIO	Gastos totais (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Tubarão	71.687.354,99	29.310.674,16	40,89%	38.308.336,66	53,44%
Imbituba	29.417.888,27	18.806.684,80	63,93%	8.371.587,73	28,46%
Braço do Norte	24.058.299,52	10.637.649,78	44,22%	12.189.416,70	50,67%
Capivari de Baixo	19.937.401,26	8.979.281,05	45,04%	10.300.584,69	51,66%
Laguna	20.808.743,26	18.235.332,14	87,63%	2.488.411,12	11,96%
Orleans	17.296.345,74	13.430.957,52	77,65%	3.201.551,33	18,51%
Garopaba	17.235.721,82	13.523.419,39	78,46%	2.781.419,82	16,14%
Jaguaruna	15.425.409,75	11.803.003,99	76,52%	3.106.854,67	20,14%
São Ludgero	9.249.816,66	7.743.028,15	83,71%	1.079.799,91	11,67%
Imaruí	9.287.807,91	6.512.107,82	70,11%	2.221.190,83	23,92%
Sangão	8.307.704,26	7.062.401,27	85,01%	837.471,11	10,08%
Gravatal	8.455.337,90	4.421.590,45	52,29%	3.504.278,22	41,44%

Continua

MUNICÍPIO	Educação (R\$)	Ensino Fundamental (R\$)	% E.F	Ensino Infantil (R\$)	% E.I
Armazém	6.180.130,22	3.049.020,79	49,34%	2.742.406,10	44,37%
Treze de Maio	6.533.200,74	3.285.634,16	50,29%	2.888.023,81	44,21%
Grão Pará	5.473.220,24	2.021.037,14	36,93%	3.087.862,73	56,42%
Rio Fortuna	4.706.662,10	3.974.947,69	84,45%	482.214,27	10,25%
Santa Rosa de Lima	3.344.532,46	1.576.826,91	47,15%	1.627.518,79	48,66%
Pedras Grandes	4.135.072,27	2.798.238,48	67,67%	1.034.526,36	25,02%
São Martinho	3.327.742,81	2.399.058,06	72,09%	726.066,28	21,82%
Pescaria Brava	8.335.712,39	5.839.880,54	70,06%	1.984.892,22	23,81%
Total	293.204.104,57	175.410.774,29	59,83%	102.964.413,35	35,12%

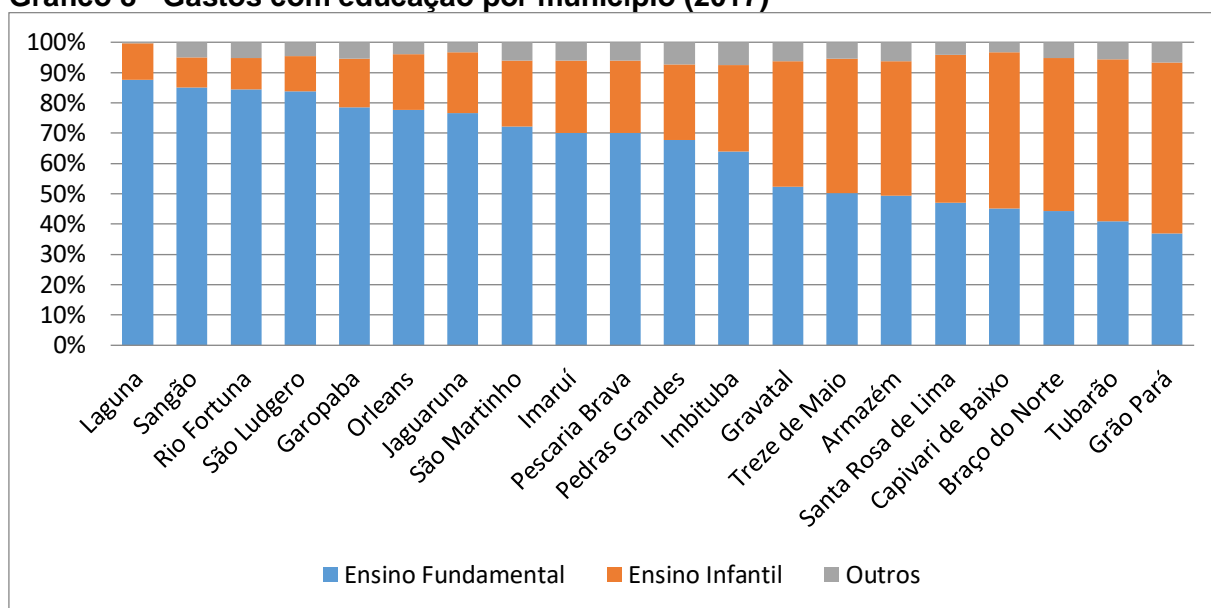
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No último ano de análise da microrregião, o ensino fundamental teve 59,83% dos gastos em educação. O ensino Infantil teve 35,12% dos gastos totais em educação. Podemos notar aqui uma melhor distribuição dos gastos entre ensino fundamental e ensino infantil.

Laguna, Sangão e Rio Fortuna foram os municípios da microrregião que mais investiram em ensino fundamental, quando comparado ao total investido em educação. Grão Pará, Tubarão e Braço do Norte foram os que menos investiram no ensino fundamental comparado ao total investido em educação.

De outra parte, Grão Pará, Tubarão e Capivari de Baixo foram os municípios que mais investiram em ensino infantil, quando comparado ao total investido em educação. Sangão, Rio Fortuna e São Ludgero tiveram os menores gastos em ensino infantil.

O gráfico a seguir apresentará estas informações para um melhor entendimento de como estão divididos os gastos com ensino fundamental e infantil.

**Gráfico 8 - Gastos com educação por município (2017)**

Fonte: Elaborado pela autor.

**Tabela 22 - Evolução dos gastos por categoria de ensino.**

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Infantil	Total
2016	169.644.318,63	90.065.859,55	259.710.178,18
2017	175.410.774,29	102.964.413,35	278.375.187,64
%	3,40%	14,32%	7,19%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

No ano de 2017, o aumento nos gastos em ensino infantil e Ensino fundamental foi de 7,19%, percentual esse menor que o do ano anterior.

No último ano de análise tivemos um acréscimo no ensino fundamental de 3,40%. O aumento foi maior que o ocorrido em 2016. O maior acréscimo foi novamente na ensino infantil com 14,32%, percentual esse menor que no ano anterior também.

**Tabela 23 - Evolução dos gastos em educação por município**

MUNICÍPIO	2016 (R\$)	2017(R\$)	%
Pescaria Brava	5.806.333,43	7.824.772,76	34,76%
São Martinho	2.587.629,03	3.125.124,34	20,77%
Armazém	5.003.732,32	5.791.426,89	15,74%
Tubarão	58.970.530,93	67.619.010,82	14,67%
Treze de Maio	5.430.506,80	6.173.657,97	13,68%

Continua



MUNICÍPIO	2016 (R\$)	2017(R\$)	%
São Ludgero	7.859.286,70	8.822.828,06	12,26%
Rio Fortuna	4.041.292,03	4.457.161,96	10,29%
Braço do Norte	20.730.962,53	22.827.066,48	10,11%
Laguna	18.917.902,71	20.723.743,26	9,55%
Sangão	7.218.245,92	7.899.872,38	9,44%
Grão Pará	4.719.981,94	5.108.899,87	8,24%
Santa Rosa de Lima	2.979.368,85	3.204.345,70	7,55%
Pedras Grandes	3.568.649,36	3.832.764,84	7,40%
Imaruí	8.228.341,69	8.733.298,65	6,14%
Orleans	15.783.772,55	16.632.508,85	5,38%
Gravatal	7.578.233,03	7.925.868,67	4,59%
Imbituba	27.017.900,02	27.178.272,53	0,59%
Garopaba	16.276.122,77	16.304.839,21	0,18%
Jaguaruna	16.081.831,03	14.909.858,66	-7,29%
Capivari de Baixo	20.909.554,54	19.279.865,74	-7,79%
Total	259.710.178,18	278.375.187,64	7,19%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Nesse ano os municípios que tiveram os maiores gastos comparado ao ano anterior foram os municípios de Pescaria Brava, São Martinho e Armazém. Os municípios de Garopaba, Imbituba e Gravatal, foram os que tiveram os menores acréscimos nos gastos. Em 2017 ocorreu também de dois municípios reduzirem seus gastos no ensino fundamental e ensino infantil. São eles, Jaguaruna e Capivari de Baixo.

**Tabela 24 - Evolução dos gastos em educação por município atualizado pela inflação.**

MUNICÍPIO	2010 (R\$)	2017 (R\$)	%
Gravatal	4.355.019,40	7.925.868,67	81,99%
Tubarão	42.032.259,19	67.619.010,82	60,87%
Treze de Maio	3.884.870,01	6.173.657,97	58,92%
Armazém	3.852.574,31	5.791.426,89	50,33%
Garopaba	11.282.951,60	16.304.839,21	44,51%
Orleans	11.790.887,55	16.632.508,85	41,06%
Sangão	5.613.614,60	7.899.872,38	40,73%
Grão Pará	3.780.339,14	5.108.899,87	35,14%
São Ludgero	6.814.596,68	8.822.828,06	29,47%
São Martinho	2.422.648,95	3.125.124,34	29,00%
Imaruí	7.069.421,25	8.733.298,65	23,54%
Jaguaruna	12.412.335,10	14.909.858,66	20,12%

Continua

MUNICÍPIO	2010 (R\$)	2017 (R\$)	%
Pedras Grandes	3.225.991,61	3.832.764,84	18,81%
Santa Rosa de Lima	2.767.826,26	3.204.345,70	15,77%
Braço do Norte	19.948.245,29	22.827.066,48	14,43%
Imbituba	24.579.105,34	27.178.272,53	10,57%
Capivari de Baixo	19.128.067,32	19.279.865,74	0,79%
Rio Fortuna	4.587.328,80	4.457.161,96	-2,84%
Laguna	21.464.530,68	20.723.743,26	-3,45%
Total	211.012.613,09	270.550.414,88	28,22%
Pescaria Brava	2.524.356,83	7.824.772,76	209,97%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo STN.

Quando comparada a evolução dos gastos do ano de 2010 até 2017, corrigidos os valores pela inflação, visto que acumulou-se do ano de 2010 até 2017 um total de 49,72%, vemos que os gastos em Ensino fundamental e ensino infantil elevaram-se em média 28,22% na microrregião no referido período. Os municípios de Gravatal, Tubarão e Treze de Maio, foram os três municípios que mais elevaram seus gastos. Braço do Norte, Imbituba e Capivari de Baixo, os municípios que menos tiveram progresso nos gastos em educação e, por fim, os municípios de Rio Fortuna e Laguna apresentaram redução de seus gastos ao longo dos anos.

Pescaria Brava ficou de fora da análise feita pois as informações desse município só foram adicionadas à análise a partir do ano de 2013. Ainda assim, desde sua emancipação, Pescaria Brava teve uma melhora de 209,97% nos seus gastos em Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

#### **4.2. Gasto por aluno matriculado.**

Um dado importante a ser analisado é o gasto por aluno matriculado. Essa foi a maneira encontrada pelo autor de deixar todos os municípios em igualdade de gastos, uma vez que existem municípios territorialmente mais abrangentes que outros e, conseqüentemente, estes terão maiores gastos na área de educação.

**Tabela 25 - Gasto por aluno matriculado (2011).**

MUNICÍPIO	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)
Tubarão	5.892,88	5.377,26
Imbituba	6.636,43	3.315,04
Braço do Norte	3.755,97	5.093,16
Capivari de Baixo	4.602,53	5.033,66
Laguna	8.791,46	296,26
Orleans	7.785,81	4.136,62
Garopaba	4.829,89	2.969,71
Jaguaruna	5.930,44	1.445,84
São Ludgero	8.143,97	1.170,49
Imaruí	5.316,11	272,66
Sangão	10.497,72	266,40
Gravatal	7.032,87	2.322,56
Armazém	5.393,51	3.687,43
Treze de Maio	8.523,48	516,78
Grão Pará	9.339,76	3.554,89
Rio Fortuna	10.713,04	77,22
Santa Rosa de Lima	11.519,36	4.944,85
Pedras Grandes	16.423,61	269,46
São Martinho	15.391,39	2.792,69
Pescaria Brava	-	-
Média por aluno	6.428,80	3.237,13

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

Quando analisados os gastos por aluno no ano de 2011, temos no Ensino fundamental os municípios de Pedras Grandes, São Martinho e Santa Rosa de Lima como os municípios que tem o maior gasto médio por aluno matriculado, com gastos que ficaram entre R\$ 16.423,61 e R\$ 11.519,36. Os municípios que tiveram o menor gasto por aluno matriculado foram os municípios de, Garopaba, Capivari de Baixo e Braço do Norte. Com gastos entre R\$ 4.829,89 e R\$ 3.755,97.

A média de gastos no ensino fundamental foi de R\$ 6.428,80 por aluno e apenas sete municípios tiveram gastos inferiores à média da microrregião.

Os municípios de Tubarão, Braço do Norte e Capivari de Baixo foram os que tiveram os maiores gastos com a ensino infantil, com gastos de R\$ 5.377,26 e R\$ 5.033,66. Pedras Grandes, Sangão e Rio Fortuna, foram aqueles que tiveram os menores gastos com ensino infantil no ano, com gastos que ficaram entre R\$ 269,46 e R\$ 77,22.

A média dos gastos por aluno matriculado no ensino infantil foi de R\$ 3.237,13, e onze municípios ficaram abaixo dessa média.

**Tabela 26 - Gasto por aluno matriculado (2012).**

MUNICÍPIO	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)
Tubarão	7.486,04	6.744,40
Imbituba	7.975,52	3.634,20
Braço do Norte	4.912,74	5.521,19
Capivari de Baixo	4.783,15	7.871,84
Laguna	22.861,88	824,11
Orleans	10.996,73	2.943,62
Garopaba	7.647,00	1.852,95
Jaguaruna	6.692,46	229,10
São Ludgero	9.184,29	2.902,91
Imaruí	6.126,19	309,36
Sangão	10.888,61	650,00
Gravatal	7.002,63	4.217,29
Armazém	7.445,50	4.047,08
Treze de Maio	8.953,51	142,25
Grão Pará	10.757,55	5.182,38
Rio Fortuna	13.951,15	284,52
Santa Rosa de Lima	17.619,98	3.464,91
Pedras Grandes	18.233,16	316,51
São Martinho	15.090,76	1.905,83
Pescaria Brava	1.925,01	1.473,16
Média por aluno	8.042,16	3.907,40

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

Em 2013, os municípios que mais tiveram mais gastos por alunos matriculados no Ensino Fundamental, foram os municípios de Laguna, Pedras Grandes e Santa Rosa de Lima, com gastos que vão de R\$ 22.861,88 até R\$ 17.619,98. Braço do Norte, Capivari de Baixo e Pescaria Brava, tiveram os menores gastos por aluno matriculado com valores indo de R\$ 1.925,01 até R\$ 4.912,74.

A média dos gastos por aluno matriculado no Ensino fundamental da microrregião foi de R\$ 8.042,16, e nesse ano metade dos municípios estiveram acima da média.

Em ensino infantil os municípios que se destacam pelos maiores gastos por aluno matriculado foram: Capivari de Baixo, Tubarão e Braço do Norte, com valores que vão de R\$ 5.521,19 até R\$ 7.871,84. Os municípios de Rio Fortuna, Jaguaruna e

Treze de Maio foram os que tiveram os menores gastos com Ensino Infantil, de R\$ 142,25 Até R\$ 284,52. A média dos gastos foi de R\$ 3.907,40 no Ensino Infantil.

**Tabela 27 – Gasto por aluno matriculado (2015).**

MUNICÍPIO	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)
Tubarão	9.369,49	8.887,23
Imbituba	10.619,08	5.366,99
Braço do Norte	5.791,82	6.128,63
Capivari de Baixo	6.744,92	8.738,93
Laguna	20.502,21	1.185,73
Orleans	12.725,62	3.883,11
Garopaba	8.685,94	2.965,91
Jaguaruna	8.071,41	3.217,51
São Ludgero	11.401,06	2.096,02
Imaruí	6.786,60	3.812,17
Sangão	12.446,30	706,37
Gravatal	12.782,05	5.480,62
Armazém	7.695,89	4.221,92
Treze de Maio	9.593,79	260,19
Grão Pará	9.462,64	7.301,21
Rio Fortuna	14.552,73	138,92
Santa Rosa de Lima	17.072,69	2.037,73
Pedras Grandes	21.451,63	2.413,69
São Martinho	19.698,17	2.509,71
Pescaria Brava	6.322,46	2.977,45
Média por aluno	9.691,45	5.050,58

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

No ano de 2015, tem-se os municípios de Pedras Grandes, Laguna e São Martinho como os municípios que tiveram os maiores gastos por aluno no Ensino Fundamental, com gastos que ficam entre R\$ 21.451,63 e R\$ 19.698,17. Capivari de Baixo, Pescaria Brava e Braço do Norte foram os municípios que tiveram os menores gastos com Ensino Fundamental, com gastos que vão de R\$ 6.744,92 e R\$ 5.791,82.

A média dos gastos com Ensino fundamental do ano foi de R\$ 9.691,45. Na Ensino Infantil os municípios de Tubarão, Capivari de Baixo e Grão Pará foram os municípios que tiveram os maiores gastos por aluno matriculado, com gastos de R\$ 8.887,23 até R\$ 7.301,21. Entre aqueles que tiveram os menores gastos estão Sangão, Treze de Maio e Rio Fortuna, com quantias de R\$ 706,36 e R\$ 138,91. A média dos gastos foi de R\$ 5.050,58.

**Tabela 28 – Gasto por aluno matriculado (2017).**

MUNICÍPIO	Ensino Fundamental (R\$)	Ensino Infantil (R\$)
Armazém	8.786,80	6.107,81
Braço do Norte	6.690,35	6.704,85
Capivari de Baixo	6.377,33	8.957,03
Garopaba	9.149,81	2.687,36
Grão Pará	10.865,79	8.368,19
Gravatá	15.090,75	6.202,26
Imaruí	6.741,31	4.637,14
Imbituba	11.201,12	5.533,10
Jaguaruna	8.406,70	3.972,96
Laguna	22.374,64	1.872,39
Orleans	16.104,27	3.625,77
Pedras Grandes	18.654,92	6.761,61
Pescaria Brava	8.167,67	5.037,80
Rio Fortuna	14.095,56	1.952,28
Sangão	22.563,58	1.325,11
Santa Rosa de Lima	9.793,96	14.030,33
São Ludgero	13.146,06	1.405,99
São Martinho	28.560,22	4.172,79
Treze de Maio	7.553,18	9.924,48
Tubarão	10.570,02	12.437,77
Média por aluno	10.629,67	6.345,25

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

No último ano de análise, os municípios de São Martinho, Sangão e Laguna foram os municípios que tiveram os maiores gastos por aluno matriculado no Ensino Fundamental, com valores de R\$ 22.374,64 até R\$ 28.560,21. Já os municípios de Imaruí, Braço do Norte e Capivari de Baixo foram os que tiveram os menores gastos por aluno matriculado no Ensino Fundamental, com gastos que vão de R\$ 6.377,33 até R\$ 6.741,31. A média de gasto por aluno na microrregião foi de R\$ 10.629,67.

Em 2017 os municípios que mais tiveram gastos por aluno matriculados em ensino infantil foram os municípios de Santa Rosa de Lima, Tubarão e Treze de Maio, com gastos de R\$ 9.924,48 até R\$ 14.030,33. Laguna, São Ludgero e Sangão foram, em 2017, os municípios que tiveram os menores gastos por aluno matriculado, com valores indo de R\$ 1.325,11 até R\$ 1.872,39. A média por aluno matriculado no ensino infantil foi de R\$ 6.345,25.

### 4.3. IDEB observado x IDEB projetado

Para estabelecer metas e medir a qualidade do ensino nas escolas públicas foi criado o IDEB, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O índice atua como principal indicador de qualidade para a educação do Brasil. Variando numa escala de 0 a 10, cada estado e município tem suas próprias metas de notas. O Brasil tem a meta de alcançar nota 6 no Ensino fundamental até 2022.

Para essa análise será feita uma comparação entre as notas projetadas e as notas observadas dos anos de 2011 até 2017.

**Tabela 29 - IDEB observado X IDEB projetado (2011)**

Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Garopaba	6.5	5.0
Braço do Norte	6.0	5.0
Pedras Grandes	6.0	5.0
Tubarão	5.9	5.5
Capivari de Baixo	5.8	4.6
Rio Fortuna	5.8	5.1
São Ludgero	5.6	4.8
São Martinho	5.6	5.3
Imaruí	5.5	4.7
Santa Rosa de Lima	5.5	5.0
Imbituba	5.4	4.7
Treze de Maio	5.3	5.3
Orleans	5.0	5.3
Jaguaruna	5.0	4.4
Gravatal	5.0	-
Laguna	-	4.7
Sangão	-	-
Armazém	-	-
Grão Pará	-	5.1
Pescaria Brava	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

Em 2011, cinco municípios não divulgaram suas notas do IDEB, sendo eles Laguna, Sangão, Armazém, Grão Pará e Pescaria Brava.

Quinze municípios tiveram notas do IDEB divulgadas. Entretanto, cinco municípios da microrregião não participaram ou não atenderam os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Dentre os municípios com notas, tem-se Garopaba, Braço do Norte e Pedras Grandes com as melhores notas, destacando-se Garopaba com a maior nota de 6,5. Orleans, Jaguaruna e Gravatal tiveram as menores notas da microrregião, ambos municípios com nota 5.

Nesse ano apenas o município de Orleans não conseguiu atingir a nota projetada. O município de Gravatal não tinha uma nota projetada para ser alcançada.

**Tabela 30 - Média observada X Média projetada (2011)**

IDEB Observado	IDEB Projetado
5,6	5.0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

A média projetada para a nota do IDEB em 2011 dos municípios analisados ficou em 5.0, já a nota observada foi de 5,6. Desempenho positivo, uma vez que nenhum município teve nota inferior a 5.0. O município de Gravatal não entrou nessa análise por não ter uma nota de IDEB projetada para o ano de 2011.

**Tabela 31 - IDEB observado X IDEB projeto (2013).**

Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Garopaba	6.6	5.3
Braço do Norte	6.2	5.2
Gravatal	6.1	5.2
Orleans	6.0	5.5
São Ludgero	5.9	5.0
Rio Fortuna	5.9	5.3
Tubarão	5.8	5.7
Imaruí	5.5	5.0
Treze de Maio	5.5	5.6
Imbituba	5.4	5.0
Capivari de Baixo	5.1	4.9
Jaguaruna	5.1	4.7
Grão Pará	5.1	5.3
Laguna	-	5.0
Sangão	-	-

Continua



Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Armazém	-	-
Santa Rosa de Lima	-	5.3
Pedras Grandes	-	5.3
São Martinho	-	5.6
Pescaria Brava	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

Em 2013, sete municípios não divulgaram suas notas do IDEB, sendo eles, Laguna, Sangão, Armazém, Santa Rosa de Lima, Pedras Grandes, São Martinho e Pescaria Brava.

Sete municípios ficaram sem nota de IDEB, mas dentre os municípios com notas temos Garopaba novamente com a maior nota, com 6,6. Em seguida temos Braço do Norte e Gravatal. Capivari de Baixo, Jaguaruna e Grão Pará tiveram as menores notas, 5,1. Também notamos que os municípios de Tubarão e Capivari de Baixo tiveram redução em suas notas, quando comparadas ao ano anterior.

Dos municípios que participaram da análise, apenas Treze de Maio e Grão Pará não conseguiram atingir a nota projetada.

**Tabela 32 - Média observada X Média projetada (2013).**

IDEB Observado	IDEB Projetado
5.7	5.2

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

No ano de 2013 a nota do IDEB projetada dos municípios analisados foi de 5,2, e a nota observada foi de 5,7. Novamente temos um saldo positivo no ano de 2013. Apenas três municípios não conseguiram atingir essa nota, entretanto, apenas dois municípios não atingiram suas notas projetadas.

**Tabela 33 - IDEB Observado X IDEB Projetado (2015)**

Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Garopaba	6.9	5.6
São Ludgero	6.4	5.3
Gravatal	6.2	5.5
Tubarão	6.0	6.0
Braço do Norte	6.0	5.5
Treze de Maio	6.0	5.8

Continua

Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Rio Fortuna	5.9	5.6
São Martinho	5.9	5.8
Imbituba	5.8	5.3
Imaruí	5.8	5.3
Capivari de Baixo	5.7	5.2
Orleans	5.7	5.8
Jaguaruna	5.6	5.0
Grão Pará	5.5	5.6
Laguna	-	5.2
Sangão	-	-
Armazém	-	-
Santa Rosa de Lima	-	5.5
Pedras Grandes	-	5.6
Pescaria Brava	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

Em 2015, seis municípios não divulgaram suas notas do IDEB, sendo eles Laguna, Sangão, Armazém, Santa Rosa de Lima, Pedras Grandes e Pescaria Brava.

Analisando os municípios com notas no ano de 2015, é possível notar que Garopaba segue sendo o município com a maior nota do IDEB na microrregião de Tubarão. A seguir estão os municípios de São Ludgero e Gravatal, todos os três com notas superiores a 6. Capivari de Baixo, Orleans, Sangão e Grão Pará foram os aqueles que tiveram as menores notas no ano, que ficou entre 5,5 e 5,7.

Destes municípios Orleans e Grão Pará não conseguiram alcançar as metas planejadas.

No ano de 2015, Orleans e Braço do Norte foram os únicos municípios a terem queda em suas notas do IDEB.

**Tabela 34- Média observada X Média projetada (2015).**

IDEB Observado	IDEB Projetado
6.0	5.5

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

A média da nota projetada desse ano foi de 5.5 e a média observada foi de 6.0. Novamente tem-se um saldo positivo, visto que mesmo os municípios que não conseguiram atingir suas notas projetadas conseguiram se manter ao menos na média projetada.

**Tabela 35 - IDEB Observado X IDEB Projetado (2017).**

Município	IDEB Observado	IDEB Projetado
Garopaba	7.2	5.8
Santa Rosa de Lima	6.8	5.8
Grão Pará	6.7	5.9
São Ludgero	6.5	5.6
Rio Fortuna	6.5	5.9
Imbituba	6.4	5.6
Orleans	6.3	6.1
Treze de Maio	6.3	6.1
São Martinho	6.2	6.1
Tubarão	6.1	6.2
Imaruí	6.1	5.5
Braço do Norte	6.0	5.8
Jaguaruna	5.8	5.2
Capivari de Baixo	5.7	5.5
Gravatal	5.7	5.8
Pedras Grandes	5.4	5.8
Laguna	4.6	5.5
Sangão	-	-
Armazém	-	-
Pescaria Brava	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

No último ano de análise, apenas três municípios não tiveram as notas do IDEB divulgadas, sendo eles Sangão, Armazém e Pescaria brava.

Em 2017, o município de Garopaba continuou tendo a maior nota da microrregião, seguido por Santa Rosa de Lima e Grão Pará. Os municípios de Gravatal, Pedras Grandes e Laguna tiveram as menores nota desse ano. Dos dezessete municípios, quatro não conseguiram atingir a nota prevista pelo IDEB.

Gravatal foi o único município que teve uma queda em sua nota no ano de 2017. Também vale destacar a grande evolução na nota do município de Grão Pará que em 2015 tinha reduzido sua nota e agora tem umas das mais altas.

**Tabela 36- Média observada X Média projetada (2017).**

IDEB Observado	IDEB Projetado
6.1	5.8

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo Inep.

A média da nota projetada desse ano foi de 5.8 e a média observada foi de 6,1. Novamente tem-se um saldo positivo na média total da microrregião. Apenas quatro municípios não conseguiram atingir a média projetada, sendo eles Capivari de Baixo, Gravatal, Pedras Grandes e Laguna.

#### 4.4. Análise de relação entre nota do IDEB e gastos por aluno

Nesse tópico foi feita a análise entre os gastos feitos com ensino fundamental e a nota do IDEB. O objetivo é observar quais municípios conseguiram atingir a maior nota do IDEB com os menores gastos.

**Tabela 37 - Nota de Desempenho X Gasto por Aluno (2011).**

Município	Nota IDEB	Gasto por aluno
Garopaba	6.5	4.829,89
Braço do Norte	6.0	3.755,97
Pedras Grandes	6.0	16.423,61
Tubarão	5.9	5.892,88
Capivari de Baixo	5.8	4.602,53
Rio Fortuna	5.8	10.713,04
São Ludgero	5.6	8.143,97
São Martinho	5.6	15.391,39
Imaruí	5.5	5.316,11
Santa Rosa de Lima	5.5	11.519,36
Imbituba	5.4	6.636,43
Treze de Maio	5.3	8.523,48
Jaguaruna	5.0	5.930,44
Gravatal	5.0	7.032,87
Orleans	5.0	7.785,81

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

Por meio da análise feita na Tabela 36, no ano de 2011 a nota média do IDEB da microrregião foi de 5,6, e a média gasta por aluno foi de R\$ 8.166,52.

Os municípios de Garopaba, Braço do Norte e Pedras Grandes tiveram as maiores notas nesse ano. Entretanto, Garopaba e Braço do Norte tiveram seus gastos abaixo da média da microrregião. Garopaba gastou R\$ 7.799,60 e atingiu uma nota de 6,5 e Braço do Norte teve um gasto por aluno de R\$ 8.849,13, e obteve uma nota 6 no IDEB. Pedras Grandes também obteve uma nota 6, entretanto, foi um dos municípios que teve o maior gasto por aluno matriculado, gastando R\$ 16.426,61, valor que representa o dobro de Garopaba.

Os municípios com as menores notas foram Gravatal, Jaguaruna e Orleans, com nota 5 no IDEB, mas apesar de terem a mesma nota obtiveram gastos diferentes. Jaguaruna teve o menor gasto entre os três, gastando R\$ 5.930,44 por aluno matriculado e o maior gasto entre os três foi de Orleans com um gasto de R\$ 7.785,81.

O município de Capivari de Baixo teve o menor gasto por aluno matriculado, gastando R\$ 4.602,53 e atingido nota 5,8, nota superior à média e também superior a nota esperada no ano. O município de Pedras Grandes foi quem teve o maior gasto por aluno matriculado, R\$ 16.423,61.

**Tabela 38 - Nota de Desempenho X Gasto por Aluno (2013).**

Município	Nota IDEB	Gasto por aluno
Garopaba	6.6	7.647,00
Braço do Norte	6.2	4.912,74
Gravatal	6.1	7.002,63
Orleans	6.0	10.996,73
Rio Fortuna	5.9	13.951,15
São Ludgero	5.9	9.184,29
Tubarão	5.8	7.486,04
Imaruí	5.5	6.126,19
Treze de Maio	5.5	8.953,51
Imbituba	5.4	7.975,52
Capivari de Baixo	5.1	4.783,15
Grão Pará	5.1	10.757,55
Jaguaruna	5.1	6.692,46

Fonte: Elaborado pelo autor Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

De acordo com a Tabela 38, temos em 2013 a média do IDEB de 5,7 e um gasto médio por aluno matriculado de R\$ 8.189,92.

Garopaba, Braço do Norte e Gravatal foram os municípios que obtiveram as maiores notas no IDEB. Garopaba, assim como em 2011, obteve a maior nota com gastos abaixo da média, gastando R\$ 7.647,00 por aluno matriculado e alcançando a nota 6,6. Braço do Norte teve um gasto de R\$ 4.912,74, alcançando a nota 6,2, e com a terceira maior nota com gastos novamente abaixo da média. O município de Gravatal atingiu a nota de 6,1, tendo o gasto médio por aluno de R\$ 7.002,63.

Orleans atingiu a nota 6 com o gasto médio por aluno de R\$ 10.996,73, aumentando sua nota em 20%, com um aumento de gastos de 41,24%. Gravatal teve o melhor desempenho no ano de 2013, quando aumentou sua nota em 22%, tendo

reduzido seus gastos em 0,43%, alcançado uma nota de 6,1, com um gasto médio por aluno matriculado de R\$ 10.996,73.

Os municípios de Capivari de Baixo, Grão Pará e Jaguaruna obtiveram as menores notas no ano. Ambos tiveram a nota igual de 5,1, mas com gastos diferentes. Jaguaruna, mesmo com uma das menores notas do ano, ainda conseguiu elevar sua nota em 2%, mas para isso elevou seu gasto médio por aluno em 12,85%, gastando no ano R\$ 6.692,46. Já o município de Capivari de Baixo aumentou seus gastos em educação em 3,92%, e teve uma redução da sua nota de 12,07%, gastando R\$ 4.783,15 e Grão Pará teve um gasto médio por aluno de R\$ 10.757,55.

Em 2013, os municípios de Imaruí e Imbituba mantiveram suas notas iguais ao ano de 2011, entretanto eles aumentaram seus gastos em educação. Imaruí em 15,24% e Imbituba 20,18%. O município de Tubarão, junto com Capivari de Baixo, foram os únicos que mesmo elevando os gastos em educação tiveram uma redução da nota do IDEB. O município de Garopaba foi o que mais elevou os gastos em relação a 2011 por aluno matriculado (58,33%), entretanto, teve um acréscimo em sua nota de apenas 1,54%, gastando R\$ 7.647,00 e tendo uma nota de 6,6, a maior nota da microrregião.

Os municípios de Grão Pará, Rio Fortuna e Orleans tiveram os maiores gastos por aluno matriculado na microrregião, entretanto, nenhum deles conseguiu alcançar uma nota superior a 6 no IDEB.

**Tabela 39 - Nota de Desempenho X Gasto por Aluno (2015).**

Município	Nota IDEB	Gasto por aluno
Garopaba	6.9	8.685,94
São Ludgero	6.4	11.401,06
Gravatal	6.2	12.782,05
Tubarão	6.0	9.593,79
Treze de Maio	6.0	9.369,49
Braço do Norte	6.0	5.791,82
São Martinho	5.9	19.698,17
Rio Fortuna	5.9	14.552,73
Imbituba	5.8	10.619,08
Imaruí	5.8	6.786,60
Orleans	5.7	12.725,62
Capivari de Baixo	5.7	6.744,92
Continua		

Município	Nota IDEB	Gasto por aluno
Jaguaruna	5.6	8.071,41
Grão Pará	5.5	9.462,64

Fonte: Elaborado pelo autor Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

De acordo com a Tabela 39, tem-se no ano de 2015 um gasto médio por aluno na microrregião de R\$ 10.448,95, e uma nota média de 6.0 no IDEB. Verificou-se, em comparação a 2013 um aumento de 27,58% nos gastos por aluno matriculado na microrregião e um aumento de apenas 4,51% na nota do IDEB.

Os municípios de Garopaba, São Ludgero e Gravatal tiveram as maiores notas no ano de 2015. Garopaba obteve a maior nota, 6,9, com um gasto por aluno de R\$ 8.685,94. São Ludgero alcançou a nota de 6,4, gastando R\$11.401,06, enquanto Gravatal teve um dos maiores gastos por aluno alcançando a nota de 6,2, com o gasto de R\$12.782,05. É possível dar destaque positivo para os municípios de Treze de Maio, que elevou sua nota em 9,09%, com um aumento nos gastos de apenas 4,65%, e o município de Grão Pará além de aumentar sua nota em 7,84%, viu reduzido o gasto por aluno matriculado em 12,04%, atingindo a nota de 5,5, com o gasto médio por aluno de R\$9.462,64.

Rio fortuna foi o único município que não teve aumento em relação à nota do IDEB, mesmo aumentando os gastos em 4,31% por aluno matriculado. Os municípios de Gravatal, Capivari de Baixo e Imbituba foram quem mais elevaram seus gastos por aluno matriculados, entretanto, com exceção de Capivari de Baixo, não alcançaram grandes êxitos nas notas do IDEB. Capivari de Baixo elevou em 41,01% seus gastos R\$6.744,92 e conseguiu uma nota de 5,7, nota que ficou abaixo da média da microrregião

Imbituba elevou seus gastos em 33,15%, gastando R\$10.619,08, e obteve nota de 5,8, também abaixo da média, e 7,41% maior que na última análise e, por sua vez, Gravatal que elevou seus gastos em 82,53% por aluno matriculado, gastando R\$12.782,05, e alcançando uma nota de 6,2, nota essa acima da média da microrregião, mas apenas 1,64% maior que de 2013.

Os municípios de Braço do Norte e Orleans foram os únicos municípios que elevaram seus gastos por aluno matriculado e tiveram uma redução em sua nota. Orleans teve um acréscimo de 15,72% no gasto por aluno matriculado e teve uma redução em sua nota de 5%. O município gastou R\$12.725,62, e teve uma nota de

5,7. O município de Braço do Norte teve um aumento de 17,89% no ano de 2015, entretanto teve uma redução de 3,23% em sua nota do IDEB, gastando um total de R\$5.791,82 por aluno, e alcançando uma nota 6 no IDEB.

E, para uma última análise, tem-se os municípios de Braço do Norte com o menor gasto por aluno matriculado, gastando R\$5.791,82 e atingindo a nota 6 no IDEB, nota que segue a média da microrregião, e temos o município de São Martinho com o maior gasto por aluno matriculado, R\$19.698,17, com nota 5,9, nota abaixo da média da microrregião.

**Tabela 40 - Nota de Desempenho X Gasto por Aluno (2017)**

Município	Nota IDEB	Gasto por aluno
Garopaba	7.2	9.149,81
Santa Rosa de Lima	6.8	9.793,96
Grão Pará	6.7	10.865,79
Rio Fortuna	6.5	14.095,56
São Ludgero	6.5	13.146,06
Imbituba	6.4	11.201,12
Orleans	6.3	16.104,27
Treze de Maio	6.3	7.553,18
São Martinho	6.2	28.560,22
Imaruí	6.1	6.741,31
Tubarão	6.1	10.570,02
Braço do Norte	6.0	6.690,35
Jaguaruna	5.8	8.406,70
Capivari de Baixo	5.7	6.377,33
Gravatal	5.7	15.090,75
Pedras Grandes	5.4	18.654,92
Laguna	4.6	22.374,64

Fonte: Elaborado pelo autor Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Inep e STN.

De acordo com a Tabela 40, temos no ano de 2017 o ano com a maior quantidade de municípios com suas notas do IDEB divulgadas. No ano de 2017 o gasto médio por aluno matriculado na microrregião foi de R\$12.669,18, valor esse 21,25% maior que 2015. A nota média do IDEB na microrregião foi de 6,1, 2,99% maior que de 2015.

Fazendo uma comparação entre o primeiro ano de análise e o último tem-se um crescimento médio da nota do IDEB de 9,69%, e um aumento no gasto médio por aluno matriculado de 51,14%.



Os municípios de Garopaba, Santa Rosa de Lima e Grão Pará obtiveram as maiores notas do IDEB no ano de 2017. Garopaba atingiu a nota de 7,2, sendo ela a única nota superior a 7 na microrregião, com um gasto médio por aluno de R\$ 9.149,81, valor bem abaixo da média da microrregião. Santa Rosa de Lima teve a segunda maior nota, 6,8, gastando R\$9.793,96, valor também abaixo da média por aluno matriculado. Com a terceira maior nota da microrregião, o município de Grão Pará atingiu a nota de 6,7, com gasto médio por aluno matriculado de R\$10.865,79, Dentre os três municípios com as maiores notas, nenhum teve o gasto médio por aluno maior que a média da microrregião.

Grão Pará, Orleans e Imbituba foram os municípios que mais elevaram suas notas no ano de 2017. Grão Pará teve a nota 6,7, nota 21,82% maior que na última análise e gasto médio por aluno matriculado de R\$10.865,79, 14,83% maior que 2015. Orleans alcançou a nota de 6,3, nota 10,53% maior que 2015, com o gasto médio por aluno de R\$16.104,27, valor 26,55% maior que no último ano de análise. Por último, o município de Imbituba elevou sua nota para 6,4, nota maior que a média do ano de 2017, e 10,34% maior que sua nota de 2015, elevando seus gastos em apenas 5,48% por aluno matriculado e gastando uma média de R\$11.201,12.

Os municípios de Braço do Norte e Capivari de Baixo mantiveram suas notas do IDEB, entretanto, o município de Braço do Norte teve um aumento de 15,51% em seus gastos, gastando R\$6.690,35 e mantendo sua nota 6. Por sua vez, o município de Capivari de Baixo manteve sua nota em 5,7, mas teve uma redução de 5,45% nos gastos por aluno matriculado. Gravatal foi o único município que aumentou os gastos por aluno e mesmo assim teve sua nota reduzida, atingindo a nota de 5,7 com o gasto de R\$15.090,75, ou seja, teve uma redução de 8,06% em sua nota e um aumento de 18,06% no gasto por aluno matriculado.

Com as menores notas do ano de 2017, estão os municípios de Gravatal, Pedras Grandes e Laguna, dando o destaque negativo para o município de Laguna que em seus primeiros anos de notas divulgadas teve a menor nota e um dos maiores gastos por aluno matriculado. Laguna teve a nota de 4,6, com um gasto médio por aluno de R\$ 22.374,64, nota muito abaixo da média e custo acima da média. O município de Pedras Grandes obteve a segunda nota mais baixa com o terceiro maior custo por aluno, atingindo a nota de 5,4, com um custo médio por aluno matriculado de R\$ 18.654,92.

Por meio da presente análise foi possível identificar que os municípios com as maiores notas de desempenho não necessariamente foram os mesmos com os maiores gastos por aluno, e os municípios com as menores notas não foram os mesmos com os menores gastos com alunos matriculados.

#### **4.5. Análise Junto a Literatura**

Nesse tópico será feita a comparação entre os resultados obtidos por meio de pesquisas anteriores com a atual pesquisa. É importante ressaltar que a atual pesquisa não busca resolver possíveis problemas de ineficiência nem analisar a eficiência dos gastos públicos, apenas busca entender como estão sendo conduzidos alguns dos gastos públicos, diretamente relacionados ao ensino infantil e fundamental nos municípios da microrregião de Tubarão.

Os resultados obtidos no presente estudo são considerados similares aos de estudos anteriores, nos quais foram empregadas análises mais precisas por meio de ferramentas estatísticas como a DEA, apreciando qualitativamente o comportamento e eficiência dos dispêndios públicos.

Diniz (2012) concluiu em sua tese de doutorado que fatores não controlados pelo governo tem relevante influência, e que o simples acréscimo de recursos não garante uma melhor eficiência quanto ao desempenho dos alunos.

Silva *et al.* (2013) concluíram que a eficiência dos gastos não teve relação direta com a qualidade do ensino fundamental das capitais pesquisadas.

Na presente pesquisa também foi possível notar que municípios com elevados gastos por aluno matriculado não necessariamente tiveram as maiores notas de desempenho, em alguns casos tendo inclusive notas inferiores a municípios com gastos menores, fator que impossibilita afirmar que quanto maior o gasto por aluno matriculado melhor será seu desempenho.

Após analisar as pesquisas anteriores, é possível concluir que simplesmente elevar os gastos em educação pública não garante uma melhora na qualidade e no desempenho individual do aluno. Entretanto, vale ressaltar que não existe apenas uma situação uniforme nos municipais analisados de forma que as diferentes realidades dos municípios demandarão diferentes esforços para assim assegurar a mesma qualidade da prestação dos serviços relacionados à educação.

Quando se fala em gastos públicos e principalmente no tocante à educação, deve-se considerar a sensibilidade da temática, pois a educação não deve ser tratada como apenas um número de um indicador específico, a considerar bom ou ruim. Principalmente quanto ao ensino infantil e fundamental, esperar que os resultados sejam imediatos pode ser um equívoco, pois este é o momento em que a criança está aprendendo as bases do ensino e os resultados dificilmente poderão ser aferidos de forma tão imediata quanto ao intervalo de dois anos em que é aplicada a avaliação do IDEB.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou os gastos com ensino infantil e ensino fundamental nos municípios que compõem a microrregião de Tubarão. Para esse fim foram utilizados os gastos por aluno matriculado no ensino fundamental, e como medida de desempenho foi utilizada a nota do IDEB dos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017.

Para a amostra foram utilizados os municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

Uma das limitações do presente trabalho está relacionada ao fato de que a análise foi feita com o foco no comportamento dos gastos públicos, sem pesquisar mais profundamente os critérios de eficiência e eficácia dos gastos públicos. Outra limitação é o fato da correção monetária não ter sido efetuada em todas as tabelas e análises, aplicando-se apenas à Tabela 24, onde foi feita a evolução dos gastos do ano de 2010 para o ano de 2017.

Concluiu-se que os municípios que tiveram as maiores notas não necessariamente foram os mesmos que tiveram os maiores gastos por aluno matriculado. O contrário também não aconteceu, já que os municípios com as menores notas não foram os mesmos com os menores gastos.

Foi observado que o município de Garopaba teve nos quatros anos de análise as melhores notas do IDEB, mas esse município não foi o mesmo que teve os maiores gastos, apesar de manterem-se sempre abaixo da média da microrregião

Entretanto, não quer dizer que os gastos estão sendo usados de maneira ineficiente, pois praticamente todos os municípios da microrregião conseguiram alcançar as metas projetadas do IDEB nos anos de análise.

É possível concluir, por meio desse estudo, que simplesmente elevar os gastos não garante uma maior qualidade no ensino. É inquestionável a importância dos gastos na educação, mas esses gastos devem vir acompanhados de critérios de qualidade numa visão de longo prazo, pois apenas elevar os gastos não garante uma melhora na educação.

Com o auxílio de estudos anteriores foi possível concluir que medir o desempenho e eficiência da educação não é uma tarefa simples, tendo em vista que os resultados não surgem num pequeno período temporal. Também é válido ressaltar que mesmo com a amostra de vinte municípios de uma mesma região, existem situações distintas para cada um deles, sendo necessários esforços diferentes para alcançar o mesmo objetivo e desempenho.

A grande questão que fica desse estudo é o porquê municípios com elevados gastos em educação não conseguem alcançar boas notas de desempenho. Possíveis questões como estrutura familiar e segurança pública, por exemplo, devem ser analisados em conjunto com o investimento feito em educação.

Sugere-se para pesquisas futuras a realização desse estudo em outras áreas da gestão pública, como saúde e segurança. Também é sugerido efetuar esse estudo em todo o território estadual e posteriormente federal.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. São Paulo: Método, 2013.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline; BORGES, Clayton Brito; BRUNET, Júlio Francisco Gregory. **Qualidade do Gasto Público em Educação nas Redes Públicas Estaduais e Municipais**. XIII Prêmio Tesouro Nacional, 2008.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade - teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 857, jan. 2001. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4400](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4400)>  
Acesso em: 02 out. 2018.

BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 159-179, 2011. Disponível em: <  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6987>> Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. De 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 set. 2018.

CRUZ, Flávio da; VICCARI JR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélio; TREMEL, Rosângela. **Lei de responsabilidade Fiscal comentada**. São Paulo: ED: Atlas, 2006

DIEL, E. H.; DIEL, F. J.; SCHULZ, S. J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. **Desempenho de Municípios Brasileiros em Relação à Estratégia de Investimento Público em Educação**. Desenvolvimento em Questão, v. 12, p. 79-107, 2014.

DINIZ, J. A. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros. 2012**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GERIGK, Willson. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná**. 2008. 316f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/251>> Acesso em 04 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIANO, J. L.; ALMEIDA, J. C. L.. **Eficiência no Gasto Público com Educação: uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte**. Planejamento e Políticas Públicas, v. n.39, p. 219-242, 2012.

Macedo, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; STAROSKY FILHO, Loriberto; RODRIGUES JÚNIOR, Moacir Manoel. **ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO: ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**. In: ENCONTRO ANPAD, 36. 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2012. p. 1 - 16. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_APB41.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB41.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2018.

RIBEIRO, M. B. **Desempenho e Eficiência do Gasto Público: Uma Análise Comparativa Entre o Brasil e um Conjunto de Países da América Latina. Texto para discussão**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1368, jan. 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4920](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4920)> Acesso em: 10 out. 2018.

SAVIAN, M. P. G.; BEZERRA, F. M. **Análise de eficiência dos gastos Públicos com educação no Ensino Fundamental nos municípios do Estado do Paraná: evidências para os anos de 2005 e 2009**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/12963>>. Acesso em: 06 out. 2018.

SILVA A. A. P. et al. **Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros**. Contabilidade, *Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 96-114, 2012.

SILVA, Maurício Corrêa da; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; ARAÚJO, Aneide Oliveira. **Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras**. Contexto, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p.7-21, maio 2013.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no Povo**. Trad. Élcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

SMITH, Adam. Os gastos das instituições para a educação da juventude. In: \_\_\_\_\_. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1996. p.228-248.

SOUZA, F. J. V. et al. **Alocação de recursos públicos em educação nos Estados brasileiros: uma análise das relações entre a eficiência dos gastos públicos com educação e o desempenho no Ideb no ano de 2009**. Revista Uniabeu, Belford Roxo, v. 5, n. 11, p. 155-170, set./dez. 2012.

SOUZA, F. J. V.; SILVA M. C; ARAUJO A. O. **Análise da eficiência dos gastos públicos em educação dos municípios do estado do Estado do Rio Grande do**

**Norte nos anos de 2007 e 2009.** CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EMCONTABILIDADE, 9. 2012, São Paulo. Anais... São Paulo, SP, 26 e 27 julho de 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. *Os desafios da educação no Brasil* – Título do artigo. Dezembro de 2004.

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos Gastos Públicos na Educação: Análise dos Municípios do Estado de Alagoas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, p. 348-372, 2013.

ZANMARIA, N. A.; CASTILHO, M. L. Gastos públicos com educação e seus reflexos no crescimento econômico brasileiro. **Revista Faz Ciência**, Unioeste, v. 8, n.1, p. 123-148, 2006. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/344>>. Acesso em: 11 out. 2018.